

Mensagem nº 330

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Os méritos do Senhor André Aranha Corrêa do Lago que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Aviso nº 294 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO

CPF.: 279.494.271-91

ID.: 8295 MRE

1959 Filho de Antonio Corrêa do Lago e Delminda Aranha Corrêa do Lago, nasce em 12 de agosto, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição)

Dados Acadêmicos:

1981 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1982 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2004 CAE - IRBr, Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas.

Cargos:

1983 Terceiro-secretário
1987 Segundo-secretário
1993 Primeiro-secretário
2000 Conselheiro
2005 Ministro de segunda classe
2011 Ministro de primeira classe

Funções:

1984 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1985 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1986 Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Adjunto
1986 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1988 Embaixada em Praga, Segundo-Secretário
1991 Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
1995 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1998 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro

- 2001 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
- 2002 VI e VII Conferência das Partes à Convenção da Basileia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Genebra, Chefe de delegação (2002 e 2004)
- 2004 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
- 2004 XX Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Bonn, Chefe de delegação
- 2005 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
- 2008 Departamento de Energia, Diretor
- 2011-13 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
- 2013 Embaixada em Tóquio, Embaixador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA ÍNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS / DADOS COMERCIAIS

NOME OFICIAL:	República da Índia
GENTÍLICO:	indiano
CAPITAL:	Nova Delhi
ÁREA:	3.287.590 km ² (sétimo maior país)
POPULAÇÃO:	1,324 bilhão (segundo país mais populoso)
LÍNGUA OFICIAL:	Hindi e inglês. Línguas oficiais em nível estadual: bengali, telugu, sindi, marata, tâmil, urdu, oriya, gujarati, malayalam, kannada, punjabi, assamês, caxemiri, maithili, sânscrito
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	hinduísmo (79,8%); islamismo (14,2%); cristianismo (2,3%); sikhismo (1,7%); budismo (0,7%); outras religiões (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Câmara Baixa (Lok Sabha), com 545 membros, e Câmara Alta (Rajya Sabha), com 245 membros.
CHEFE DE ESTADO:	presidente Ram Nath Kovind (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	primeiro-ministro Narendra Modi (desde maio de 2014)
CHANCELER:	Sushma Swaraj (desde 26 de maio de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,43 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA PPP (2017):	US\$ 9,44 trilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 1.852
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 7.173
VARIAÇÃO DO PIB:	6,7% (2017); 7,1% (2016); 7,2% (2015); 7,2% (2014).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,624 – 131º lugar (2017)
EXPECTATIVA DE VIDA:	68,3 anos
ALFABETIZAÇÃO:	62,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	rúpia indiana
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ashok Das
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI:	Tovar da Silva Nunes
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 300 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – ÍNDIA (US\$ bilhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil→Índia	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	5,60	7,73	9,28	10,61	9,48	11,42	7,90	5,64	7,60 (+ 34,7%)
Exportações	3,41	3,49	3,20	5,57	3,13	4,78	3,61	3,16	4,65 (+ 47%)

Importações	2,19	4,24	6,08	5,04	6,35	6,64	4,28	2,48	2,94 (+ 18,5%)
Saldo	1,22	-0,75	-2,88	0,53	-3,22	-1,85	-0,67	0,67	1,71 (+ 155%)

APRESENTAÇÃO

A Índia é um dos pilares de prosperidade na Ásia, bem como espaço privilegiado para captação e geração de investimentos. Apresenta as maiores taxas de crescimento entre as grandes economias do mundo (com variação positiva do PIB de 7,1% em 2016 e acima de 6,7% em 2017). Politicamente, o país tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos principais assuntos da agenda internacional.

A relação com a Índia é caracterizada por uma Parceria Estratégica, existente desde 2006. Brasil e Índia gozam de grande convergência política na esfera internacional, inclusive em agrupamentos como G4, IBAS, BRICS e G20. Convém conferir ao relacionamento bilateral densidade e diversidade condizentes com o elevado nível de entendimento alcançado entre os dois países no âmbito plurilateral. A cooperação bilateral, especialmente em ciência, tecnologia e inovação, pode fortalecer setores estratégicos para o Brasil. A Índia tem o domínio de tecnologias e *know-how*, por exemplo, nas áreas de segurança cibernética, espaço (inclusive nanossatélites) e energias renováveis (inclusive biocombustíveis e energia solar).

O Brasil tem interesse em ampliar o comércio e os investimentos bilaterais, que ainda estão muito aquém do potencial dos dois países. Depois que atingiu a marca recorde de US\$ 11,4 bilhões em 2014, o comércio entre Brasil e Índia apresentou decréscimo (o fluxo foi de US\$ 7,9 bilhões em 2015 e de US\$ 5,6 bilhões em 2016, com ligeira recuperação em 2017: US\$ 7,6 bilhões), devido à queda nos preços do petróleo, item que representa em torno de 50% da pauta bilateral. Estão em curso iniciativas no sentido de aproximar os dois mercados, como a expansão do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, que o Brasil vem liderando. Incrementar e diversificar o comércio bilateral deverá exigir medidas ousadas de ambas as partes, como a abertura de mercado em setores estratégicos. Além disso, o Brasil tem grande interesse na assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, cujo texto já foi negociado com a parte indiana e espera apenas o sinal de que a Índia está pronta para assiná-lo.

O relacionamento com a Índia ganha dimensão adicional se visto também sob o ângulo de uma desejável ampliação da presença do Brasil no continente asiático. Seja pelo tamanho de sua economia e população, ou por sua crescente relevância política, diplomática e militar, a Índia desponta como elemento essencial de uma política externa abrangente para a Ásia.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NARENDRA MODI *Primeiro-Ministro da Índia*



Nasceu em Vadnagar, no atual estado de Gujarat, em 17 de setembro de 1950. A partir dos oito anos de idade, Modi engajou-se em atividades da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu (a expressão “nacionalismo hindu” distingue-se de “nacionalismo indiano” por ancorar sua identidade nas tradições da religião hindu, em oposição a outras religiões também praticadas na Índia). Graduou-se em Ciência Política na Universidade de Gujarat. Em 1987, filiou-se ao *Bharatiya Janata Party* (“Partido do Povo Indiano”, ou BJP). No ano seguinte, foi escolhido como secretário-geral da legenda no estado de Gujarat.

Em 2001, tornou-se governador (*chief minister*) de Gujarat, sendo reeleito quatro vezes para o cargo. Sob sua administração, o estado de Gujarat desfrutou de notável desenvolvimento econômico. Empossado em 26 de maio de 2014 como primeiro-ministro da República da Índia, é o primeiro chefe de governo indiano nascido após a Independência do país, ocorrida em 1947. Visitou o Brasil para participar da VI Cúpula do BRICS, em 2014.

RAM NATH KOVIND *Presidente da Índia*



De origem dalit (grupo desfavorecido no sistema de castas hindu), nasceu no vilarejo de Paraukh, no estado de Uttar Pradesh, em 1945. Bacharel em Comércio e em Direito pela faculdade *Dayanand Anglo Vedic*, na cidade de Kanpur.

É membro do *Bharatiya Janata Party* (BJP), mesmo partido de Narendra Modi. No ano de 1994 foi eleito pelo estado de Uttar Pradesh como membro da *Rajya Sabha* (câmara alta do parlamento), permanecendo no cargo até 2006. Entre outras atribuições parlamentares, foi membro do comitê parlamentar para o bem-estar das castas e tribos desfavorecidas (*Parliamentary Committee for Welfare of Scheduled Castes/Tribes*). Em 25 de julho de 2017, foi empossado presidente da República da Índia. Trata-se do segundo dalit a ocupar o cargo.

SUSHMA SWARAJ

Ministra dos Negócios Exteriores



Nasceu em 1952, no estado de Haryana. É formada em Direito, Sânscrito e Ciência Política pela Universidade do Punjab. Sua carreira política iniciou-se nos anos 1970, no movimento estudantil da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu. Em 1977, obteve seu primeiro mandato eletivo, ao disputar assento pelo *Janata Party* (antecessor do BJP) na Assembleia Legislativa de Haryana. Tornou-se, então, aos 25 anos, a secretária estadual (Trabalho e Emprego) mais jovem da história do país. Em 1990, ingressou na *Rajya Sabha* (Câmara Alta, constituída por eleições indiretas) e, em 1996, na *Lok*

Sabha (Câmara Baixa), pelo distrito eleitoral do sul de Delhi. Desde então, reelegeu-se sucessivas vezes. Ao longo de sua atuação parlamentar, adquiriu experiência variada na área internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana. Durante as cinco décadas subsequentes, os países mantiveram relações virtualmente circunscritas à cooperação no âmbito de organismos internacionais, a relações econômico-comerciais incipientes e a intercâmbios culturais pouco expressivos. Esse quadro começou a modificar-se a partir do início dos anos 1990, período em que ambos os países empreenderam reformas com vistas a uma maior abertura de suas economias.

As visitas de alto nível multiplicaram-se desde 2003, o que tem estimulado a identificação de oportunidades de cooperação em campos como agricultura, ciência e tecnologia, defesa, educação, energia, espaço exterior, meio ambiente, saúde, entre outros. Em setembro de 2006, Brasil e Índia decidiram, durante visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil, estabelecer uma Parceria Estratégica. O relacionamento bilateral nos campos político e econômico-comercial, bem como a cooperação e coordenação de posições em organismos internacionais, têm sido intensos desde então. Com efeito, a Índia é país fundador e integrante de todos os agrupamentos extrarregionais globais importantes de que o Brasil participa (G4, IBAS, BRICS e G20).

Comércio e investimentos

Nos últimos anos, o fluxo comercial do Brasil com a Índia apresentou oscilações, em decorrência da queda dos preços do barril do petróleo e demais *commodities* minerais e agrícolas, seguida por recuperação em 2017. O progressivo crescimento verificado até 2012 (quando totalizou US\$ 10,62 bilhões), não se manteve a partir de 2013 (US\$ 9,28 bilhões), e a retomada do comércio em 2014 (US\$ 11,43 bilhões) não se firmou em 2015 (US\$ 7,9 bilhões) ou em 2016, ano em que a balança comercial acumulada alcançou o montante de US\$ 5,6 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 3,16 bilhões e importações de US\$ 2,48 bilhões. Em 2017, a corrente de comércio atingiu US\$ 7,6 bilhões – 34,7% a mais do que no ano anterior –, com exportações brasileiras de US\$ 4,657 bilhões e importações de US\$ 2,945 bilhões. As flutuações na pauta de comércio bilateral decorrem de sua composição, fortemente concentrada em produtos de baixo valor agregado, como os da cadeia de combustíveis (petróleo bruto e óleo diesel), minerais e commodities agrícolas (óleo de soja em bruto e açúcares de cana).

Entre os maiores desafios de ordem comercial enfrentados pelo Brasil na Índia, destaca-se a dificuldade de acesso a mercados. A título de exemplo, dos dez principais produtos que compuseram a pauta global brasileira de exportações em 2017, três (celulose, carne bovina e carne de frango congelada) tiveram acesso inexpressivo ao mercado indiano. A carne de aves (fresca, resfriada ou congelada) enfrenta tarifas de 30% a 100% *ad valorem* e variadas restrições sanitárias. A carne de frango congelada, além disso, tem reduzida comercialização, por conta de estrutura pouco capitalizada do varejo e de carências de infraestrutura de cadeias a frio. Já a carne bovina tem seu consumo e importações limitados por especificidades da prática religiosa da maioria hindu. O açúcar, embora tenha sido o segundo produto com maior participação nas exportações brasileiras para a Índia em 2017, também enfrenta barreiras tarifárias de alto valor (50% *ad valorem*). Há, ainda, a concorrência com a produção de açúcar da própria Índia, que conta com estrutura robusta de apoios governamentais, indo do estabelecimento de preços mínimos para a cana e o açúcar produzidos em solo indiano à oferta de créditos subsidiados às usinas processadoras e subsídios à exportação do açúcar bruto. Manufaturados de baixo valor agregado, como o aço, por sua vez, também chegam menos competitivos à Índia, em comparação com os fornecidos por produtores mais próximos, em razão dos custos de transporte.

As dificuldades para a entrada de produtos brasileiros, no entanto, não significam que o mercado indiano seja pouco atrativo. Ao contrário, o bom momento econômico da Índia e seu mercado consumidor de grandes proporções compensariam desvantagens nas exportações para o país. É notável o número de empresas estrangeiras (norte-americanas, canadenses, alemãs, japonesas, mexicanas e chilenas, entre outras) que têm anunciado o início de operações na Índia, normalmente em forma de *joint ventures* e outras iniciativas que se beneficiem de políticas do atual governo, como o programa *Make in India*.

Estima-se que o investimento direto do Brasil na Índia alcance US\$ 1 bilhão, enquanto o investimento indiano no Brasil esteja na faixa dos US\$ 6 bilhões. Embora as cifras sejam modestas quando comparadas às de outros países, em especial grandes parceiros asiáticos como China e Japão, a natureza e a composição do fluxo de investimentos indo-brasileiro abrange vários setores, evidenciando o potencial para diversificar as relações econômico-comerciais. Eventual assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cuja negociação já foi concluída pelas partes brasileira e indiana, contribuirá para criar quadro regulatório abrangente e favorável à atuação de empresas brasileiras na Índia e vice-versa, e situará o Brasil como um dos poucos países com os quais a Índia ainda mantém acordos de investimentos.

Os investimentos indianos no Brasil inserem-se no grande quadro de expansão e mudança no perfil das inversões da Índia no exterior, que passaram, ao longo das últimas décadas, por transformação considerável em termos de magnitude, distribuição geográfica e composição setorial. Empresas da Índia investem no exterior sobretudo por meio de fusões e aquisições, estratégia que visa à aquisição de novas tecnologias e à inserção em novos mercados. A Europa recebeu o maior

volume de investimento direto indiano desde 2009, seguida por Ásia, África e América do Norte. Na América Latina, há crescente, embora modesta, gama de investimentos indianos. Embora países exportadores de tecnologia de ponta ainda sejam destinos preferenciais para o investimento indiano no exterior, o acelerado crescimento econômico do país, associado a suas limitações geográficas e sociais para aumento da produção de alimentos e de energia, tem elevado a atratividade de países exportadores de alimentos e de recursos energéticos para fluxos de investimento. No Brasil, o investimento indiano abrange empresas de diversos setores da economia, em operações nos campos siderúrgico, automobilístico, de tecnologia de informação, farmacêutico, agropecuário, eletrônico, de energia e do agronegócio. Desenvolvimentos recentes apontam para aumento tendencial do investimento indiano no Brasil. Em 2017, concretizaram-se projetos significativos nos setores de mineração e de transmissão de energia elétrica.

A atual pauta de comércio e investimentos entre Brasil e Índia indica tanto questões a serem superadas quanto oportunidades abertas pelo dinamismo da economia indiana. Está em negociação a expansão do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre Mercosul e Índia. Assinado em 2004 e em vigor desde 2009, o ACP abrangia originalmente apenas 450 linhas tarifárias de cada lado. Durante a III reunião de Administração Conjunta do ACP Mercosul-Índia, realizada em Brasília, em setembro de 2016, definiram-se metodologia e cronograma para levar adiante a expansão da cobertura do Acordo. Na ocasião, acordou-se pela inclusão de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado (além das 450 já existentes), a serem agregadas em etapas consecutivas de 500 linhas tarifárias, com margens de preferência de 50% e 100%. Em setembro de 2017, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira do Mercosul, foram intercambiadas as primeiras listas de ofertas, cada uma delas contendo 484 linhas tarifárias. Perceberam-se assimetrias entre as listas de oferta do Mercosul e da Índia: o Mercosul ofereceu inúmeros produtos com margens de preferências de 75% e 100%, ao passo que a Índia ofereceu apenas MPs de 50%; além disso, a oferta indiana não contemplou o setor agrícola, importante para o Mercosul. Apesar das assimetrias no intercâmbio de listas de ofertas, decidiu-se dar prosseguimento à ampliação do ACP. Acordou-se pelo intercâmbio, em movimento único, de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado, número que inclui as 484 linhas recentemente intercambiadas. As negociações ainda estão em curso. Por enquanto, a Índia continua reticente em contemplar o setor agrícola em sua oferta, o que é necessário para tornar a ampliação do ACP interessante para o Brasil e demais sócios do Mercosul.

Defesa

A cooperação bilateral em defesa é uma das áreas de maior potencial no relacionamento entre Brasil e Índia. Os dois países mantêm adidos de defesa em suas embaixadas desde 2009. O mercado indiano para produtos de defesa é o quarto maior do mundo, e deverá, na próxima década, atingir um valor estimado de US\$ 150 bilhões a US\$ 200 bilhões. A produção interna, porém, responde por apenas 40% da demanda.

A base legal da cooperação com a Índia em defesa é o Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2003 e em vigor desde 2006. O acordo prevê colaboração em amplo espectro de atividades militares e cria o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia, que se reúne anualmente e alternadamente no Brasil e na Índia. A mais recente reunião do Comitê Conjunto ocorreu em novembro de 2017, em Nova Delhi.

A Índia teve êxito, nos últimos anos, em exportar navios-patrolha e fragatas para países de seu entorno, a exemplo do Sri Lanka, e planeja diversificar os destinos de suas exportações e os parceiros em novos projetos no setor.

Cooperação na área espacial

A Índia destaca-se no desenvolvimento de tecnologias satelitais e sensoriamento remoto, contando com pesquisas de grande dinamismo e decidido apoio governamental. A principal atividade de cooperação espacial bilateral entre o Brasil e a Índia tem sido o recebimento de imagens de sensoriamento remoto de satélites indianos, utilizadas no monitoramento dos biomas brasileiros e do desflorestamento. Com o fim da vida útil do satélite indiano Resourcesat-1, foi negociado novo acordo que permitiu ao Brasil passar a receber imagens do Resourcesat-2 desde 2014.

A Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) já manifestou em diferentes ocasiões ter interesse em explorar novas áreas de cooperação com o Brasil para além do compartilhamento de dados de sensoriamento remoto, inclusive em veículos lançadores e bases de lançamento, nanossatélites e intercâmbio de cientistas. Nesse sentido, fizeram convite para que representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fossem conhecer as instalações da agência espacial indiana, ocasião em que poderiam ser discutidas novas oportunidades de cooperação. Também já propuseram a criação de grupo de trabalho com esse propósito, sugestão que foi bem recebida pela AEB.

Pelo lado brasileiro, a AEB já indicou ao lado indiano ter interesse em eventual participação da Índia no programa brasileiro SERPENS ("Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites"), iniciativa na área de *capacity-building* de estudantes, jovens pesquisadores e engenheiros no Brasil. O INPE manifestou interesse em eventual participação da Índia no desenvolvimento do satélite científico EQUARS (*Equatorial Atmosphere Research Satellite*), cujo objetivo é investigar a atmosfera e a ionosfera terrestres. As partes já trocaram contatos de pontos focais para aprofundamento da discussão sobre esses temas.

Segundo a AEB, as novas possibilidades de cooperação entre Brasil e Índia na área espacial encontram-se em estágio bastante preliminar, carecendo ainda de delineamento mais específico, o que poderá ser feito nos próximos meses por meio de videoconferências.

Ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

O Acordo de Cooperação Científica e tecnológica, assinado em 2006, criou a Comissão Mista Brasil-Índia de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser presidida por representantes designados pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia de cada país,

com vistas a coordenar e fomentar a cooperação bilateral nessa área. Desde então, a Comissão Mista em CT&I tem sido o principal foro bilateral para a discussão desses temas. A Comissão se reuniu uma vez Nova Delhi, em 2012 e se reuniu pela segunda vez em Brasília, em 30 de maio de 2018.

Aproximação com a Índia em CT&I justifica-se tanto por motivos de ordem política quanto científica. Há predisposição indiana de buscar intercâmbios entre especialistas para lecionar e conduzir pesquisas em instituições nos dois países, e a Comissão Mista cumpre o papel de promover contatos diretos entre os ministérios das Relações Exteriores e Ciência Tecnologia e Inovação, bem como representantes das principais instituições brasileiras de pesquisa científica e tecnológica e representantes dos Departamentos de Ciência e Tecnologia e de Biotecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia, bem como com diretores e pesquisadores de instituições indianas.

O momento atual permite o reexame de prioridades e complementaridades na área de CT&I, de forma a permitir ganhos concretos e tanto para o Brasil quanto para a Índia. O potencial mais imediato de cooperação em CT&I com a Índia apresenta-se principalmente nas áreas ligadas à biotecnologia, em particular ciências biomédicas, e aos biocombustíveis. Nas duas áreas há amplo espaço para a formulação de programas sob a égide de acordos bilaterais já assinados (como o Memorando de Entendimento em Cooperação na Área de Biotecnologia, de 2012), além do desenvolvimento dos pontos definidos na reunião da Comissão Mista, em maio, em que foi dada ênfase, por um lado, à cooperação em pesquisa científica e, por outro, ao interesse recíproco nas tecnologias de supercomputadores indianos e turbinas brasileiras para a geração de hidroeletricidade, bem como em suas aplicações concretas.

O governo indiano tem buscado autonomia energética por meio de fontes renováveis, favorecendo a participação de atores externos em áreas em que o Brasil possui particular destaque, como a mencionada geração de hidroeletricidade. Além dessas áreas, um campo promissor para maior cooperação bilateral é o de tecnologia da informação (TI), no qual a Índia possui *expertise* não só em pesquisa e desenvolvimento, mas também na aplicação de avanços tecnológicos em iniciativas industriais e comerciais. Esforços bem sucedidos nessa direção também impactariam positivamente o diálogo indo-brasileiro sobre assuntos cibernéticos e temas correlatos.

POLÍTICA INTERNA

A República da Índia é uma república federativa, com sistema de governo parlamentarista bicameral. A Câmara baixa (*Lok Sabha*) conta com 543 membros eleitos por voto direto (ademais de dois parlamentares indicados pelo Presidente da República para representar a minoria anglo-indiana). Os 545 membros da *Lok Sabha* têm mandato com duração de cinco anos. A Câmara Alta (*Rajya Sabha*) conta com

245 membros, com mandatos de seis anos, sendo 12 indicados pelo Presidente, e, os demais, eleitos pelas Assembleias Estaduais.

No plano nacional, a política indiana organiza-se principalmente em torno da polarização entre os dois maiores partidos, o partido Congresso Nacional Indiano (*Indian National Congress – INC*) e o Partido do Povo da Índia (*Bharatiya Janata Party – BJP*).

O Poder Executivo indiano é composto por um Primeiro-Ministro, escolhido pelo partido ou coalizão com maior representação; um Gabinete, formado por Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro; e um Presidente, eleito por ambas as casas do Parlamento e pelos legislativos estaduais, em processo complexo, organizado de acordo com sistema proporcional à população dos Estados.

As eleições legislativas indianas de 2014 registraram participação recorde de 66,4% dos 814 milhões de eleitores do país. Crescimento econômico, criação de empregos, controle da inflação e combate à corrupção foram os temas centrais da campanha. O BJP conquistou vitória histórica, obtendo 282 dos 543 assentos da Câmara Baixa indiana – dez a mais do que o necessário para conformar maioria absoluta na Casa, independentemente de coalizão partidária. A coligação política liderada pelo BJP, a Aliança Democrática Nacional (*National Democratic Alliance – NDA*), obteve 336 assentos. A maioria absoluta conquistada pelo BJP consagrou como primeiro-ministro Narendra Modi, que tomou posse em 26 de maio de 2014.

O governo Modi elegeu-se com a proposta de conferir prioridade à recuperação do crescimento econômico, lastreada em sua experiência exitosa como governador (*chief minister*) do estado de Gujarat, cargo que ocupou durante mais de uma década. No início de seu mandato, implementou medidas para atração de investimento estrangeiro direto nos setores ferroviário e de defesa, além da criação de programa para a abertura de contas bancárias populares, sugerindo uma possível migração do sistema de benefícios sociais para método de transferências diretas. Anunciou, também, planos para construção de centenas de "vilas modelo", além do programa *Make in India*, que busca incentivar a produção industrial em solo indiano.

Os primeiros anos do governo da NDA podem ser divididos em duas fases até o momento. Na primeira fase, relativa ao primeiro ano de governo, Modi concentrou esforços em atrair investimentos estrangeiros e em elevar o perfil internacional da Índia, por meio de uma política externa ativa nos planos bilateral e multilateral. Já a segunda fase do governo de Modi é caracterizada por maior atenção à política interna e a reformas econômicas. A maior preocupação com a aplicação de reformas econômicas surgiu em consequência do desempenho econômico abaixo do previsto, principalmente a partir de 2016. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho. Calcula-se que a Índia precisará criar 100 milhões de novos empregos na próxima década (2020-30), a fim de absorver o crescimento esperado de sua população em idade de trabalho. O governo não dispõe de dados gerais e sistemáticos sobre o mercado de trabalho indiano, mas está claro que a geração de

vagas formais é substancialmente inferior às necessidades do país, o que tem levado analistas a descreverem o panorama atual como de "crescimento sem empregos".

Ao mesmo tempo em que o BJP tem gozado de altos níveis de aprovação popular, seu mandato tem sido acompanhado pela deterioração da atmosfera social indiana, traduzida no recrudesimento de conflitos sectários. Críticos mais radicais atribuem ao BJP a intenção de transformar a Índia em uma nação estritamente hindu. Críticos mais moderados indicam que, devido ao funcionamento de sua máquina partidária, o BJP seria obrigado a fazer concessões a grupos que defendem a preponderância do hinduísmo sobre as demais religiões da Índia.

Questão agrária

A Índia é atualmente um dos principais produtores mundiais de alimentos. Destaca-se, principalmente, na produção de açúcar, leite, café, arroz, frutas, grãos e leguminosas. A agricultura representa 17,5% do PIB nacional e é meio de vida para quase metade das famílias indianas. Vivem de agricultura cerca de 70% dos pobres do país. Predominam pequenas propriedades, vulneráveis a flutuações de mercado, a eventos climáticos e a problemas de endividamento. Por esses motivos, graves questões sociais no meio rural, como suicídios de agricultores, são ocorrências frequentes.

Apesar da existência de áreas e projetos pontuais com maior grau de desenvolvimento, o setor agrícola indiano é, de forma geral, pouco dinâmico, de baixa produtividade e tem baixa incidência tecnológica. As diferenças nas taxas de crescimento do PIB rural e urbano têm sistematicamente fomentado a percepção de que existem duas Índias: uma Índia urbana, dinâmica e que busca a modernização; e uma Índia rural, de baixa renda e poucas oportunidades.

Tal estrutura explica em parte o protecionismo indiano quanto à abertura de seu mercado para bens agrícolas – o governo indiano teme o potencial desemprego de centenas de milhares de agricultores indianos, incapazes de competir com a produção agrícola de outros países, o que poderia levar o país a uma grave crise social. O excesso de intervenção nos mercados agrícolas não apenas compromete a rentabilidade, mas também a alocação de recursos escassos. A política de preços mínimos não raro estabelece incentivos ao cultivo de produtos com alto consumo de recursos hídricos, os quais poderiam ser importados, liberando terras para cultivos mais adaptáveis ao clima e ao solo do país.

Setores do governo argumentam ser imprescindível que a Índia lance mão de cultivos geneticamente modificados (OGM) para aumentar a produção interna de alimentos. Atualmente, somente algumas variedades de sementes geneticamente modificadas de algodão encontram-se aprovadas na Índia. Observa-se forte oposição ao uso de transgênicos pela sociedade civil organizada. A proibição de cultivos OGM no país também afeta produtos importados. O Brasil, por exemplo, não está autorizado a exportar soja à Índia; os envios estão restritos ao óleo de soja, já que o produto processado não contém traços de OGM.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Índia norteia-se pelo objetivo de gerar desenvolvimento econômico e bem-estar social em um contexto de segurança regional. Para tanto, a diplomacia indiana atua tradicionalmente em três planos: (i) garantir um ambiente estável, de paz e de segurança em seu entorno imediato; (ii) manter relações cordiais e balanceadas com as grandes potências; e (iii) estabelecer parcerias mutuamente benéficas com os países em desenvolvimento.

Sob o primeiro-ministro Narendra Modi, a diplomacia indiana buscou reconfigurar o perfil político da Índia, em uma fase em que a ordem asiática passa por transformações de desfecho ainda incerto. Três fatores contribuem para sustentar a vitalidade da ação diplomática do governo. O primeiro é o desempenho econômico da Índia, cujo PIB tem crescido mais de 7% ao ano ao longo do governo Modi (com exceção de 2017, quando cresceu 6,7%). O outro é a maioria obtida na câmara baixa pelo *Bharatiya Janata Party* (BJP) nas eleições de 2014, que dá ao governo ampla latitude de decisão. O terceiro fator é o interesse de Modi na área diplomática.

Além de seus desafios de ordem interna, a Índia tem de lidar com problemas externos como definição de fronteiras, controle de fluxos migratórios e infiltração de grupos terroristas. O projeto de ampliação de seu espaço na cena internacional leva a Índia a delicado exercício de sustentar sua posição na sub-região, em meio a países confrontados por movimentos insurrecionais, ademais de valorizar o seu relacionamento com as potências mais influentes na Ásia, bem como com a Rússia, com os Estados Unidos e com a União Europeia.

O entorno imediato tem sido uma prioridade para o primeiro-ministro Modi, que, em gesto inédito, convidou dignitários de todos os países da Ásia Meridional (Butão, Nepal, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão) para a cerimônia de sua posse. Apesar de o primeiro-ministro indiano ter visitado todos os vizinhos sul-asiáticos, os resultados alcançados são desiguais. Inicialmente, houve deterioração das relações com o Nepal após a entrada em vigor da nova Constituição daquele país, em setembro de 2015; com o Paquistão, não se verificou evolução substantiva na relação, que continua a ter caráter antagônico. A crescente projeção da China na Ásia Meridional é um fator que afeta a posição de preponderância da Índia e não pode ser ignorado numa avaliação das dinâmicas de poder no subcontinente.

Para a Índia, o Sudeste Asiático representa uma vizinhança estendida, e o adensamento dos vínculos com países da ASEAN tem sido uma diretriz de política externa desde o lançamento da política do *Look East*, em 1991, que o Governo Modi renomeou para *Act East*, sinalizando um enfoque mais pragmático e proativo.

Além da atenção à vizinhança imediata e estendida e a parceiros-chave, o governo Modi vem buscando reconfigurar suas relações com outras regiões do globo. Uma região a que o governo do BJP dedica crescente atenção é o Oriente Médio, de onde provém a maior parte do petróleo importado pela Índia e onde reside uma diáspora de aproximadamente sete milhões de indianos, que enviam anualmente US\$ 35 bilhões para suas famílias. Com relação à Europa, os parceiros prioritários são França, Alemanha e Reino Unido.

A visita de Modi a Washington, em setembro de 2014, marcou o início de um processo de revigoramento das relações indo-americanas. Em gesto de profundo alcance simbólico, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente americano a ser convidado para as celebrações do Dia da República da Índia, em 2015. Posteriormente, em junho de 2017, Narendra Modi realizou visita de estado aos Estados Unidos, sendo recebido por Donald Trump. A visita resultou em comunicado conjunto muito positivo para os objetivos da política externa indiana na Ásia. A aproximação indo-americana não é motivada apenas por circunstâncias internas, mas também pela ascensão da China, país com o qual a Índia mantém uma relação com elementos de cooperação e de competição. Ambos os países vêm aumentando a presença militar na fronteira e é crescente a tensão no plano marítimo. Em junho de 2017, os dois países se envolveram em disputa no platô de Doklam, na tríplice fronteira Índia-China-Butão. No âmbito comercial, o volume das trocas subiu de modo significativo, mas em prejuízo da Índia, que tem acumulado déficits comerciais com a China ano após ano.

Na esfera multilateral, a Índia investiu em ativa campanha para ingressar no Grupo de Supridores Nucleares, até o momento sem sucesso, e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, de que se tornou parte em 2016. Uma enfática manifestação de interesse na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi transmitida pelo primeiro-ministro Modi em setembro de 2015, na reunião de cúpula do G4, em Nova York.

Do ponto de vista indiano, o BRICS é um grupo-chave para agregar influência e construir uma coalizão alternativa (mas não hostil) aos centros tradicionais, mas não deve eclipsar o Fórum IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS congrega as grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento: Brasil, Índia e África do Sul. A criação do IBAS, ideia brasileira, respondeu ao propósito de enriquecer o perfil e expandir a influência do país em um contexto internacional crescentemente multipolar.

O IBAS havia perdido vitalidade, especialmente em razão do cancelamento da Cúpula de 2013, devido ao desengajamento brasileiro. Em 2017, concretizou-se esforço de reativação do mecanismo, com realização de uma reunião de Chanceleres à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas e da 8ª reunião da Comissão Ministerial Trilateral do mecanismo, na África do Sul.

A reunião da Comissão Ministerial Trilateral de Durban, em outubro de 2017, possibilitou a assinatura do Acordo Constitutivo do Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome (o qual operava em bases voluntárias, desde sua criação), que formalizou o compromisso dos três países de realizarem contribuições regulares ao Fundo.

O Fundo IBAS financia projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo e já beneficiou 13 países por meio de mais de 20 projetos, principalmente nas áreas de infraestrutura, saneamento, saúde e educação.

A vertente comercial e de investimentos tem sido o elemento norteador do relacionamento da Índia com a América Latina. A corrente de comércio tem crescido de forma significativa ao longo dos últimos anos, mas com pouca diversificação na

pauta de produtos comercializados e com expressiva concentração em poucos países – além do Brasil, destacam-se os fluxos comerciais da Índia com México, Colômbia e Argentina.

ECONOMIA

Os primeiros três anos e meio de mandato do primeiro-ministro Narendra Modi caracterizaram-se pela busca de estabilidade macroeconômica e por iniciativas de modernização da economia indiana. Eleito com a promessa de mudanças estruturais capazes de promover o crescimento e gerar empregos, Modi tem obtido êxito variado no complexo conjunto de medidas necessárias à modernização da economia indiana. A despeito das boas taxas de crescimento ao longo dos últimos três anos (7,1% em 2016/2017, 8% em 2015/2016 e 7,3% em 2014/2015), a avaliação geral é de que o país cresce aquém de seu potencial e não gera empregos suficientes para absorver a crescente mão-de-obra jovem que entra no mercado de trabalho. No ano fiscal de 2017-2018, estima-se que a economia indiana crescerá 6,5%, abaixo, portanto, dos índices apresentados nos primeiros anos de governo.

Os melhores resultados da gestão econômica de Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos. O mercado financeiro avalia positivamente a previsibilidade e a estabilidade geradas nos três anos de mandato, durante os quais a economia indiana apresentou: (i) redução da taxa de inflação e índices dentro da meta de 4%, garantidos por ação de um Banco Central vigilante e independente; (ii) política cambial estável, com interferências mínimas do Banco Central e bom nível de reservas internacionais (US\$ 404,9 bilhões); e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. Os bons fundamentos macroeconômicos permitiram a redução da taxa de juros nos últimos três anos, de 8% para 6%.

Entre as variáveis macroeconômicas, destaca-se a atuação do governo Modi na área fiscal. Nos últimos três anos, a política fiscal indiana tem-se baseado na prudência em relação aos gastos do governo e em estratégias para o aumento da base tributável. Para o ano fiscal de 2017/2018, o governo prevê déficit de 3,2%, dentro de um plano amplo de consolidação fiscal de longo prazo. Como reconhecimento ao programa de redução da dívida pública indiana, em novembro de 2017 a agência de classificação de risco Moody's elevou os títulos públicos indianos de grau Baa3 para Baa2. A melhora da nota indiana era aguardada desde 2004. O Banco Central tem mantido posição vigilante em relação à política fiscal e seus efeitos inflacionários, razão pela qual o espaço de manobra do governo para afastar-se da meta fiscal é bastante reduzido.

Antecipam-se, contudo, dificuldades justamente no pilar fiscal. É dado como certo que a meta de 3,2% de déficit máximo estabelecida para 2017/2018 não será cumprida. Embora dificuldades para atingir a meta fossem vislumbradas em função da queda no ritmo de crescimento econômico e da conseqüente pressão pelo aumento dos gastos como forma de fomentar a demanda, chama atenção a magnitude do descolamento dos gastos atuais em relação à meta. O aumento do déficit fiscal está

relacionado principalmente a quedas na arrecadação, em decorrência não apenas do novo regime tributário, iniciado em julho de 2017, mas também dos cortes em tributos anunciados no segundo semestre de 2017.

Além do estreito controle dos fundamentos macroeconômicos, a política econômica do primeiro-ministro Modi confere especial atenção à agenda de reformas estruturais e de modernização da economia indiana. O governo Modi tem continuamente projetado imagem *business friendly*, aspecto confirmado por variadas iniciativas tomadas ao longo de seus quatro anos, principalmente no sentido de facilitação de investimentos, redução de processos burocráticos e projeção de oportunidades para manufaturas na Índia. A Índia tem adotado uma série de medidas de simplificação de processos de modo a melhorar o ambiente de negócios e, dessa forma, atrair investimentos estrangeiros e nacionais.

O relatório *Doing Business Index* do Banco Mundial é utilizado como parâmetro para as políticas de reformas da Índia. Desde que assumiu o governo, o primeiro-ministro Narendra Modi tem instruído ministérios e agências a analisar os itens que compõem o *Doing Business Index*, de modo a orientar reformas e permitir que a Índia figure entre os 50 primeiros colocados até 2020. No último relatório, a Índia subiu 30 colocações e passou a figurar na 100^a colocação. Os resultados das reformas são díspares e, não raro, provocam rupturas no mercado interno. O governo de Modi, contudo, defende que, no médio e no longo prazos, os resultados de tais reformas contribuirão para o crescimento sustentável do país.

O maior exemplo de reforma estrutural foi a implementação de novo regime tributário, consubstanciado na *Goods and Services Tax* (GST), após longo processo negociador no Parlamento e com os estados. Em vigor desde julho de 2017, a GST foi objeto de discussão no âmbito legislativo por pelo menos dez anos e foi tratado internamente como a maior reforma fiscal desde a independência do país e complemento aos esforços de liberalização econômica iniciados nos anos 1990. Na prática, a GST substituiu cerca de 17 tributos estaduais e federais e eliminou a cobrança de tributos entre as unidades federativas, o que contribuirá para a consolidação de um mercado comum no território indiano e a organização dos negócios a partir de escalas nacionais. A GST funciona como imposto indireto aplicado sobre bens e serviços, calculado de acordo com o valor agregado em cada etapa da produção, eliminando, portanto, o efeito cascata no recolhimento de impostos e ineficiências nas cadeias de valor. Embora vários produtos não estejam cobertos pela GST e haja diferenças substanciais em relação a outros modelos de imposto por valor agregado, o novo sistema, indubitavelmente, contribuirá para aumentar a arrecadação fiscal, via aumento da formalização da economia.

Ressalte-se que, mesmo nos casos em que os efeitos positivos das reformas foram limitados, o governo logrou reforçar o discurso de transformação econômica e de modernização do país. O apoio popular ao processo que ficou conhecido como "desmonetização" é exemplo da capacidade do governo de promover reformas. Em novembro de 2016, o governo banuiu de circulação as notas de 500 (US\$ 7,90) e mil rupias (US\$ 15,80), as de maior denominação até então em circulação. As notas, declaradas ilegais, representavam 86% do papel moeda circulante em valor. A

população foi obrigada a trocar as notas ilegais em instituições financeiras e, por semanas, lidou com severas restrições de acesso a meios de pagamentos. Apresentada como instrumento de combate à corrupção, a "desmonetização" provocou impactos negativos especialmente no setor informal da economia, altamente dependente de papel moeda. Não houve, contudo, manifestações contundentes da população contra a medida, em decorrência da percepção de que a decisão afetaria em maior grau os detentores de recursos ilegais.

A desaceleração do crescimento econômico, nos últimos dois anos, lançou dúvidas sobre a capacidade de a economia indiana atingir índices de crescimento superiores a 8%. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho.

De forma geral, avalia-se que eventual novo ímpeto de crescimento econômico deverá necessariamente estar ancorado no investimento privado, a julgar pelo pouco espaço fiscal disponível ao governo e pelo potencial aumento da conta energética do país diante do aumento dos preços de petróleo.

Embora as reformas e políticas do governo no plano econômico tenham resultados variados, é fato que a economia indiana passa por conjuntura de crescimento e dinamismo. As medidas econômicas do atual primeiro-ministro têm como componente fundamental a criação de uma nova imagem para a economia do país, caracterizada como pujante, aberta ao capital internacional e com crescente mercado consumidor. De forma geral, a política econômica é bem avaliada internamente. O novo regime tributário, consubstanciado na GST, é praticamente unanimidade entre analistas indianos e interpretado como elemento capaz de promover alterações profundas na economia indiana e, no médio prazo, gerar crescimento econômico.

A política de investimentos da Índia está substancialmente baseada no programa *Make in India*, plataforma pela qual têm sido divulgadas as medidas de incentivos para atração de investimentos, principalmente nos setores manufatureiro, de defesa e infraestrutura. No âmbito da iniciativa, destaca-se o relaxamento dos limites ao investimento estrangeiro em vários setores, o que teria contribuído para aumentar o investimento estrangeiro direto. Na prática, o programa tem como um de seus objetivos fundamentais a substituição de importações e, embora vários setores tenham sido abertos ao capital estrangeiro, permanecem restrições substanciais em determinadas áreas, com destaque para o setor de varejo. Dados oficiais indicam que, entre outubro de 2014 e outubro de 2016 (dois primeiros anos do *Make in India*), houve aumento de 53% no fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na Índia. Em 2014/2015, o fluxo foi de US\$ 45,1 bilhões, seguido por US\$ 55,4 bilhões, em 2015/2016, e US\$ 60 bilhões, em 2016/2017. No entanto, parte substancial do capital estrangeiro ingressou na forma de aquisições de negócios já existentes, prática que não estaria necessariamente coberta pelo *Make in India*. Dados do Banco Central indicam quedas substantivas da participação do setor de manufaturas no total de IED e avanços nos setores de serviços e construção civil. De

modo geral, o investimento privado não respondeu, ao menos no nível esperado, aos incentivos estabelecidos pelo *Make in India*.

Comércio exterior

Os resultados da balança comercial indiana parecem contrapor-se ao bom momento da economia do país: há persistente déficit e progressiva diminuição do fluxo comercial, sob efeito da contração de exportações e importações. As exportações indianas caíram de U\$S 314 bilhões em 2013/2014 para U\$S 310 bilhões em 2014/2015; para U\$S 262 bilhões em 2015/2016; e registraram leve recuperação, para U\$S 274 bilhões, em 2016/2017. A meta do governo é de que as exportações do país alcancem U\$S 910 bilhões até 2020.

Apesar do objetivo governamental de abertura e liberalização econômica, são mínimos os avanços observados em negociações comerciais bilaterais e multilaterais. A estrutura tarifária protecionista que sempre caracterizou a economia indiana permanece. A percepção comumente veiculada pelos meios de comunicação indianos é de que os acordos comerciais que o país assinou com os países da ASEAN, com o Japão e com a Coreia do Sul contribuíram para ampliar o déficit comercial da Índia. A China é maior parceiro comercial da Índia e também o país com o qual a Índia tem os déficits comerciais mais expressivos. No início de 2018, o governo indiano aumentou de uma média inferior a 13% para uma média de 20% *ad valorem* as tarifas de importação para dois grandes grupos de produtos, todos eles importados principalmente da China. O primeiro grupo inclui diversos produtos intensivos em trabalho, como produtos de beleza, relógios, brinquedos, móveis e calçados. O segundo grupo é composto por dispositivos eletrônicos e de comunicações, incluindo telefones celulares, televisores e peças e componentes. A medida foi anunciada como forma de gerar empregos em solo indiano.

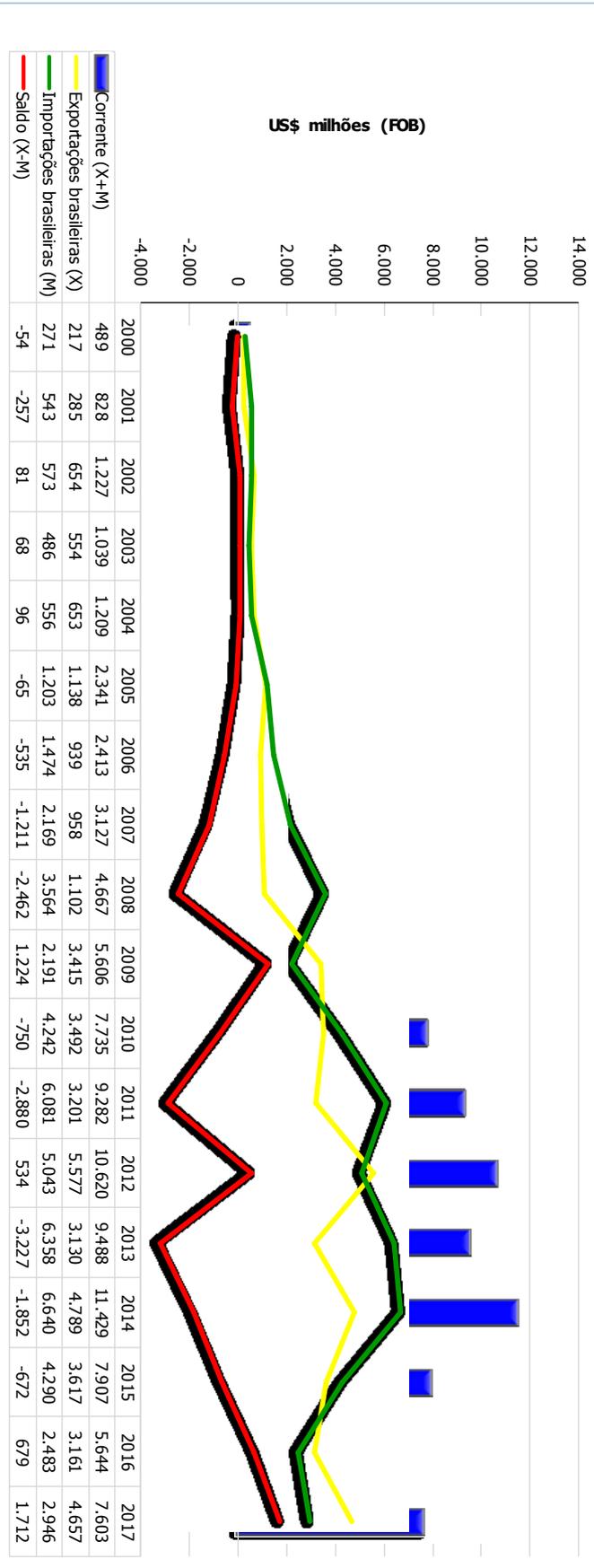
Apesar de a Índia estar envolvido em uma série de negociações, registraram-se poucos avanços nas discussões bilaterais e nas tratativas regionais. A Índia é parte das negociações em torno da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), grupo que engloba os países da ASEAN, Austrália, China, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia. Conforme avançam as discussões, se torna mais difícil para a Índia fazer valer sua lista de sensibilidades, sobretudo na área agrícola. Estar fora de um eventual megabloco de comércio asiático limitaria sobremaneira a capacidade indiana de exportar para outros países do continente.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Índia defende a agenda de Doha. Uma das principais preocupações do país refere-se às regras relativas aos estoques públicos de alimentos para fins de segurança alimentar. O montante permitido de compras públicas a preços mínimos atingiu volumes próximos aos praticados pelo país, razão pela qual a Índia insiste na adoção de exceções permanentes que resguardem sua política de segurança alimentar. Na condição de países em desenvolvimento, Brasil e Índia possuem uma série de pontos de convergência no âmbito da OMC, sobretudo no que diz respeito ao papel da organização no comércio mundial e na defesa do mandato da Rodada Doha. Há,

porém, algumas posições conflitantes. As demandas brasileiras por cortes em programas de apoio agrícola chocam-se com o crescente gasto da Índia em subsídios.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Comércio Brasil-Índia

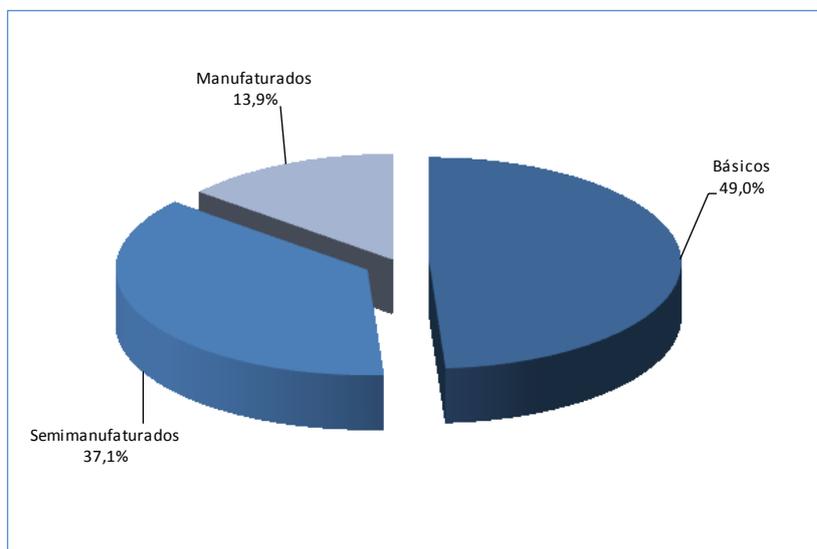


Elaborado pelo MNE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

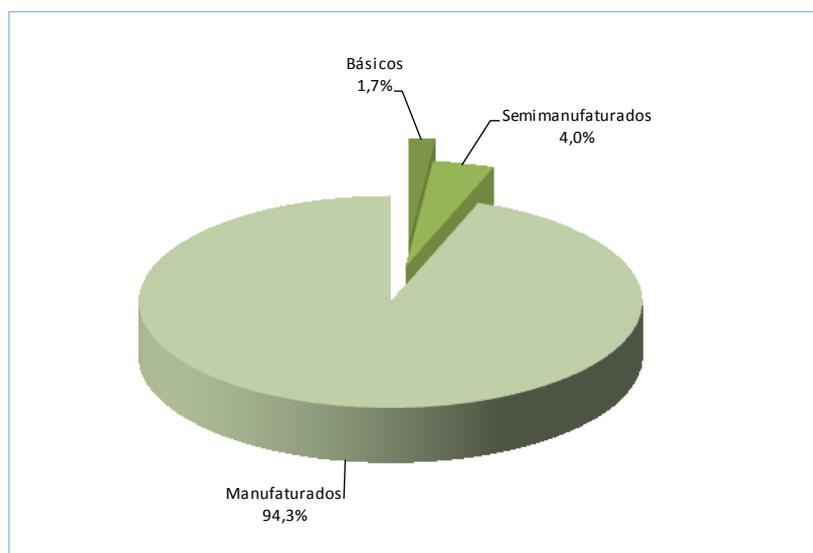
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-fev)	858	403	1.261	455
2018 (jan-fev)	610	605	1.214	5

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



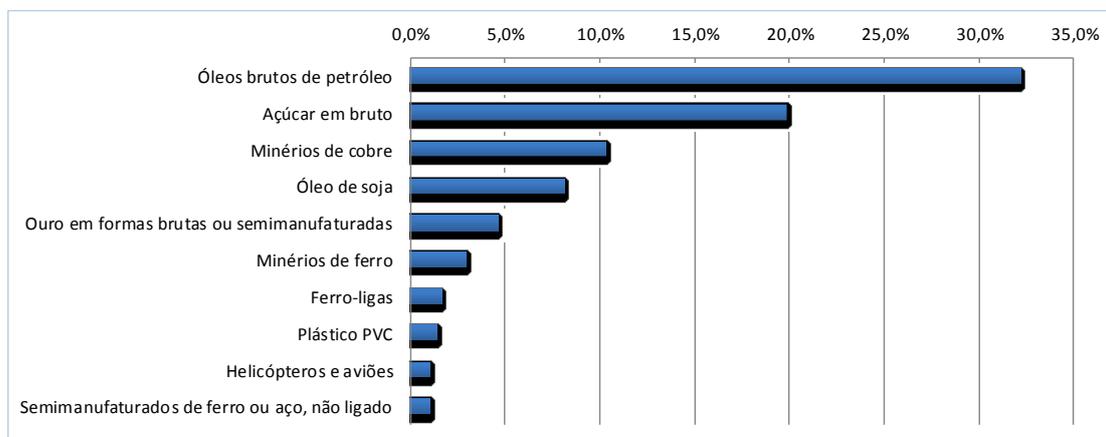
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	1.103	30,5%	671	21,2%	1.498	32,2%
Açúcar em bruto	457	12,6%	884	28,0%	924	19,8%
Minérios de cobre	250	6,9%	226	7,2%	482	10,3%
Óleo de soja	552	15,3%	378	11,9%	377	8,1%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas	281	7,8%	88	2,8%	214	4,6%
Minérios de ferro	47	1,3%	132	4,2%	136	2,9%
Ferro-ligas	32	0,9%	71	2,2%	76	1,6%
Plástico PVC	24	0,7%	71	2,2%	66	1,4%
Helicópteros e aviões	89	2,5%	0	0,0%	48	1,0%
Semimanufaturados de ferro ou aço, não ligado	27	0,7%	1	0,0%	47	1,0%
Subtotal	2.863	79,1%	2.522	79,8%	3.869	83,1%
Outros	755	20,9%	639	20,2%	789	16,9%
Total	3.617	100,0%	3.161	100,0%	4.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

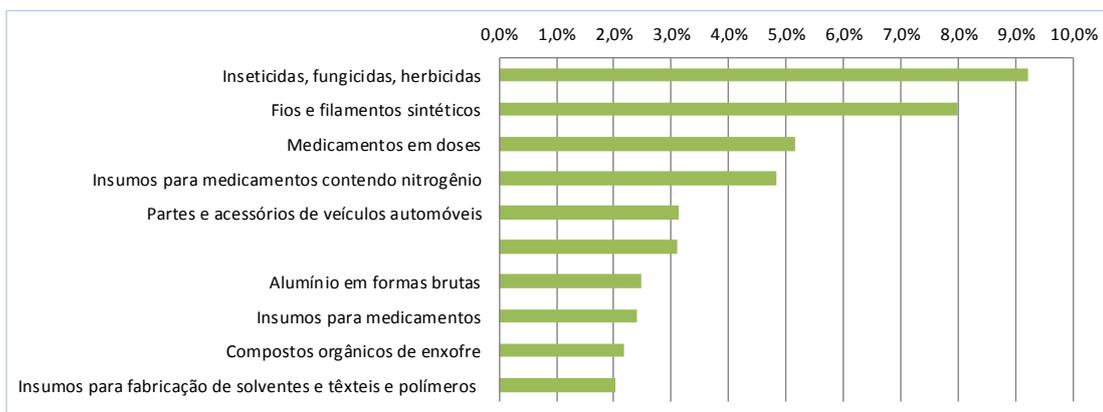


Composição das importações brasileiras originárias da Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	168	3,9%	261	10,5%	271	9,2%
Fios e filamentos sintéticos	163	3,8%	173	7,0%	235	8,0%
Medicamentos em doses	160	3,7%	146	5,9%	152	5,2%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	109	2,5%	119	4,8%	142	4,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	157	3,7%	100	4,0%	93	3,1%
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	98	2,3%	93	3,8%	92	3,1%
Alumínio em formas brutas	51	1,2%	29	1,2%	73	2,5%
Insumos para medicamentos	45	1,1%	83	3,3%	71	2,4%
Compostos orgânicos de enxofre	29	0,7%	43	1,7%	64	2,2%
Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros	78	1,8%	48	1,9%	60	2,0%
Subtotal	1.058	24,7%	1.095	44,1%	1.253	42,5%
Outros	3.231	75,3%	1.387	55,9%	1.693	57,5%
Total	4.290	100,0%	2.483	100,0%	2.946	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



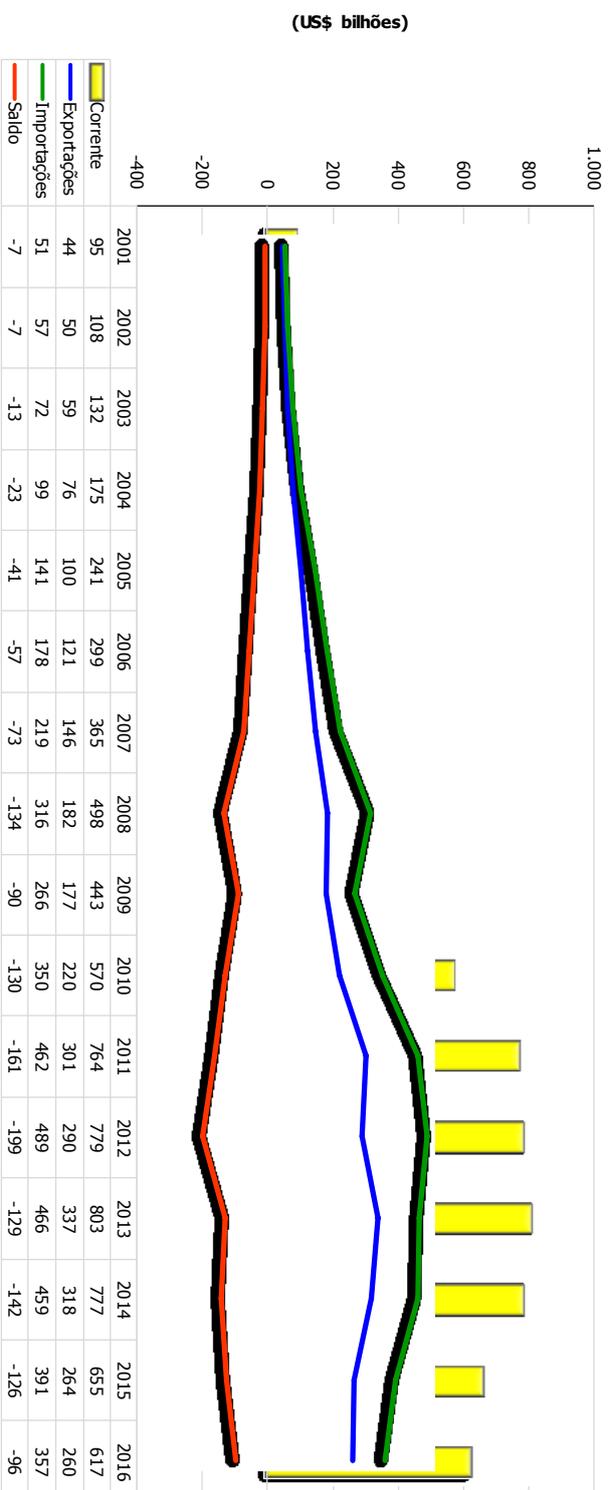
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Óleos brutos de petróleo	436	50,8%	222	36,4%	
Óleo de soja	42	4,9%	83	13,7%	
Açúcar em bruto	146	17,0%	79	12,9%	
Ouro em formas brutas ou semimanufaturado	22	2,6%	56	9,2%	
Minérios de cobre	40	4,7%	29	4,8%	
Minérios de ferro	27	3,2%	11	1,9%	
Ferro-ligas	7	0,9%	9	1,5%	
Madeira em bruto	4	0,4%	7	1,2%	
Compostos de função nitrilo	5	0,6%	7	1,2%	
Amianto	2	0,2%	6	1,0%	
Subtotal	731	85,2%	511	83,8%	
Outros	127	14,8%	99	16,2%	
Total	858	100,0%	610	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	56	13,9%	72	12,0%	
Fios de filamentos sintéticos	31	7,8%	47	7,7%	
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	21	5,2%	32	5,2%	
Medicamentos em doses	19	4,8%	28	4,7%	
Óleos refinados de petróleo	2	0,5%	22	3,6%	
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	15	3,6%	17	2,9%	
Compostos orgânicos de enxofre	8	1,9%	17	2,8%	
Partes e acessórios de veículos automóveis	16	4,0%	16	2,6%	
Hidrocarbonetos cíclicos	0	0,0%	13	2,1%	
Insumos para medicamentos	8	2,1%	12	2,1%	
Subtotal	177	43,8%	276	45,7%	
Outros produtos	227	56,2%	328	54,3%	
Total	403	100,0%	605	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Comércio Índia x Mundo



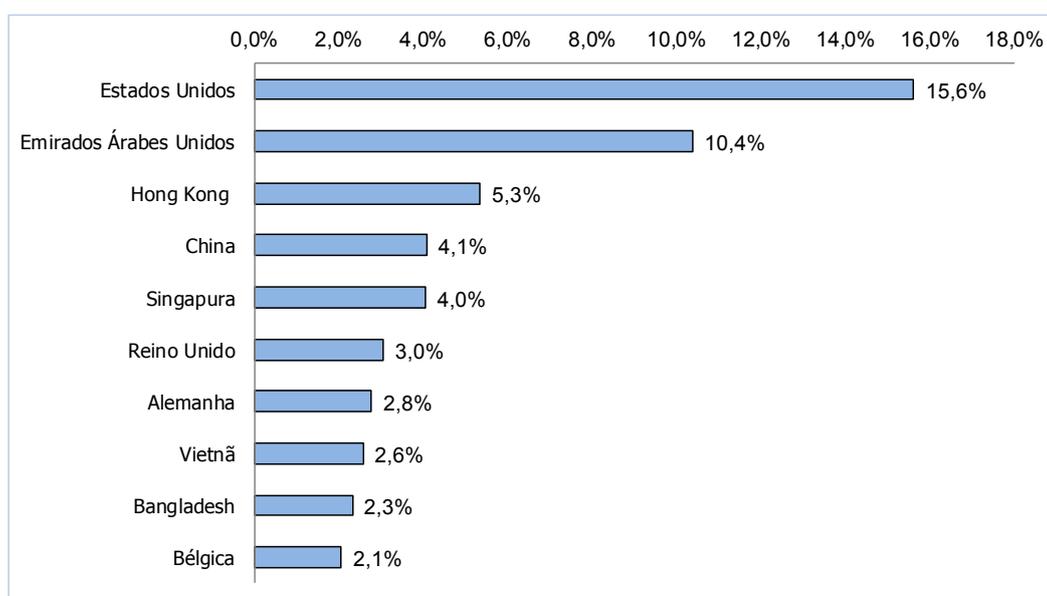
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, March 2018.

2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-out)	217	290	508	-73
2017 (jan-out)	243	362	605	-119

Principais destinos das exportações da Índia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Estados Unidos	37,94	15,6%
Emirados Árabes Unidos	25,20	10,4%
Hong Kong	12,98	5,3%
China	9,89	4,1%
Singapura	9,82	4,0%
Reino Unido	7,39	3,0%
Alemanha	6,72	2,8%
Vietnã	6,23	2,6%
Bangladesh	5,62	2,3%
Bélgica	5,00	2,1%
...		
Brasil (29º lugar)	2,33	1,0%
Subtotal	129,12	53,1%
Outros países	113,87	46,9%
Total	242,99	100,0%

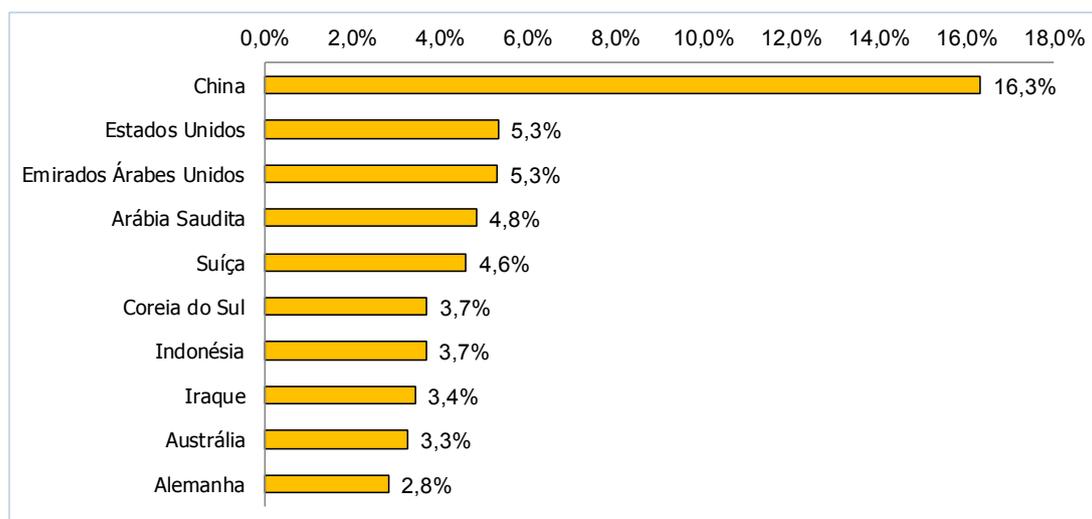
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



**Principais origens das importações da Índia
US\$ bilhões**

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
China	59,04	16,3%
Estados Unidos	19,24	5,3%
Emirados Árabes Unidos	19,17	5,3%
Arábia Saudita	17,47	4,8%
Suíça	16,64	4,6%
Coreia do Sul	13,39	3,7%
Indonésia	13,30	3,7%
Iraque	12,39	3,4%
Austrália	11,79	3,3%
Alemanha	10,20	2,8%
...		
Brasil (25º lugar)	4,03	1,1%
Subtotal	196,67	54,4%
Outros países	165,17	45,6%
Total	361,84	100,0%

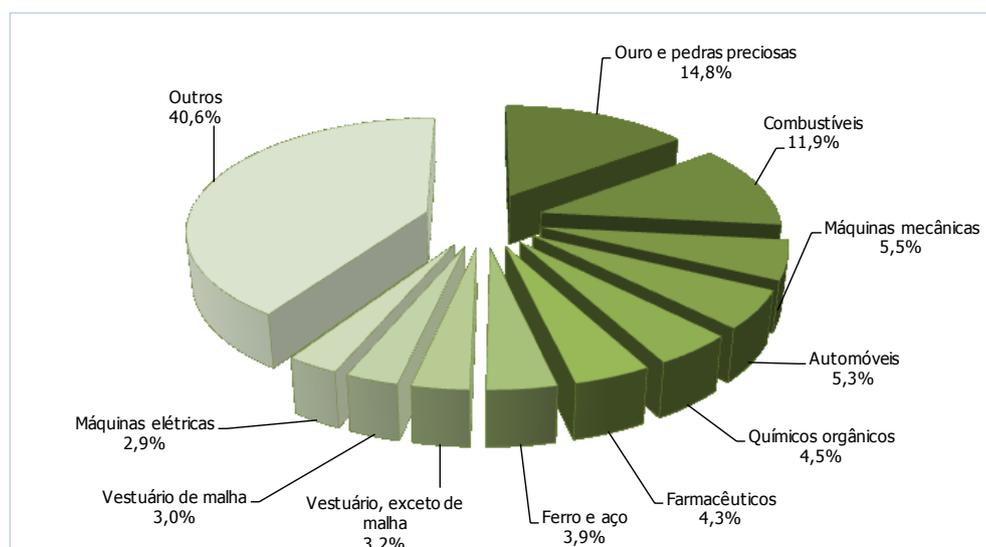
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Composição das exportações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	35,95	14,8%
Combustíveis	29,02	11,9%
Máquinas mecânicas	13,37	5,5%
Automóveis	12,92	5,3%
Químicos orgânicos	10,96	4,5%
Farmacêuticos	10,51	4,3%
Ferro e aço	9,45	3,9%
Vestuário, exceto de malha	7,79	3,2%
Vestuário de malha	7,17	3,0%
Máquinas elétricas	7,13	2,9%
Subtotal	144,26	59,4%
Outros	98,73	40,6%
Total	242,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

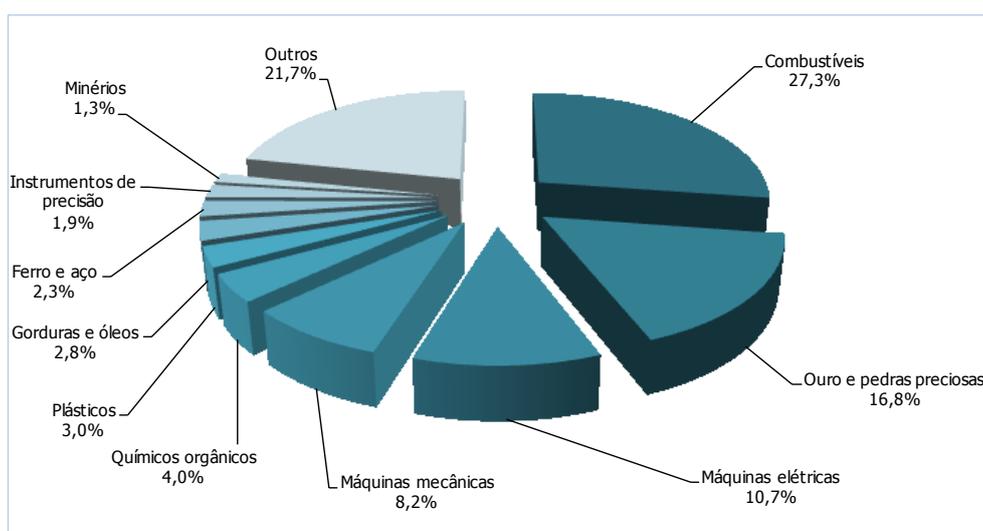


Composição das importações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.º% no total
Combustíveis	98,96	27,3%
Ouro e pedras preciosas	60,75	16,8%
Máquinas elétricas	38,69	10,7%
Máquinas mecânicas	29,50	8,2%
Químicos orgânicos	14,64	4,0%
Plásticos	10,80	3,0%
Gorduras e óleos	10,08	2,8%
Ferro e aço	8,23	2,3%
Instrumentos de precisão	6,94	1,9%
Minérios	4,71	1,3%
Subtotal	283,31	78,3%
Outros	78,53	21,7%
Total	361,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Índia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,11%	6,72%	7,37%	7,80%	7,93%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,26	2,44	2,65	2,93	3,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.742	1.852	1.989	2.165	2.355
PIB PPP (US\$ trilhões)	8,70	9,45	10,34	11,38	12,55
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.694	7.174	7.750	8.422	9.160
População (bilhões habitantes)	1,299	1,316	1,334	1,351	1,369
Inflação (%) ⁽²⁾	3,57%	4,48%	4,76%	5,09%	4,89%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,67%	-1,38%	-1,53%	-1,61%	-1,77%
Dívida externa (US\$ bilhões)	456,14	475,44	479,17	505,74	533,10
Câmbio (Rs / US\$) ⁽²⁾	67,20	65,12	66,77	73,07	68,78

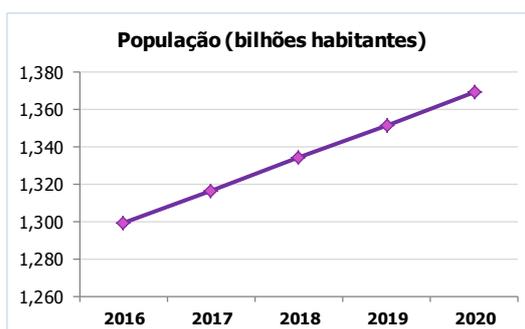
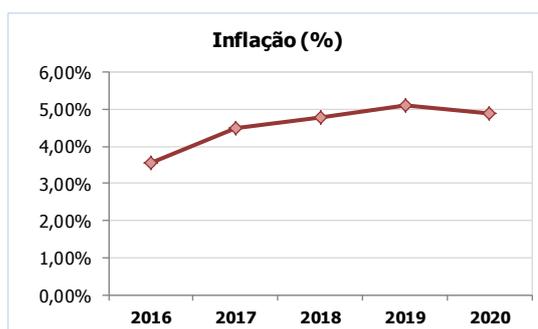
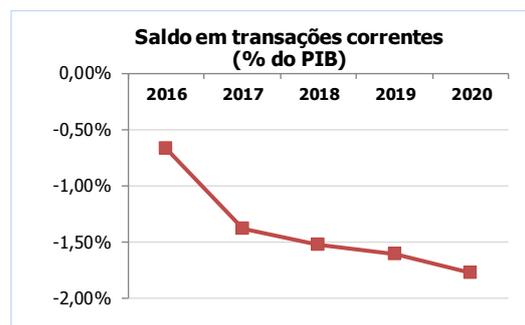
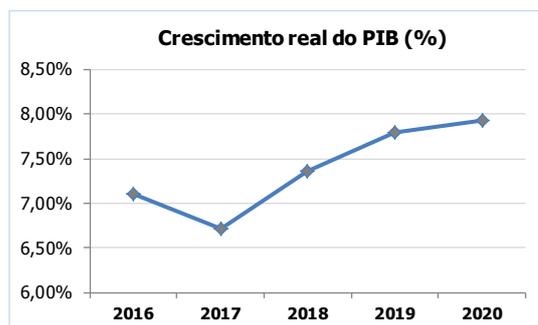
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	16,8%
Indústria	28,9%
Serviços	46,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1947	Independência da Índia. Governo de Jawaharlal Nehru (até 1964). Secessão do Paquistão.
1948	Assassinato de Gandhi. Guerra com Paquistão (conflito pela Caxemira).
1962	Guerra com a China por Ladakh e perda do território.
1965	Guerra com o Paquistão na região da Caxemira.
1966	Governo de Indira Gandhi (até 1984).
1971	Guerra com o Paquistão. Independência de Bangladesh (ex-Paquistão Oriental)
1974	Primeiro teste nuclear indiano.
1984	Assassinato de Indira Gandhi. Governo de Rajiv Gandhi (até 1991).
1991	Assassinato de Rajiv Gandhi. Governo de Narasimha Rao (até 1998). Reforma Econômica, iniciada pelo então Ministro das Finanças Manmohan Singh.
1998	Governo de Atal Bihari Vajpayee, do Partido do Povo Indiano (até 2004). Novos testes nucleares, seguidos de condenação internacional.
1999	Assinatura da Declaração de Paz de Lahore (com o Paquistão). Guerra de Kargil (com o Paquistão).
2000	A Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.
2002	Teste do míssil balístico de capacidade nuclear <i>Agni</i> . Paquistão testa míssil terra-terra de capacidade nuclear <i>Ghauri</i> . Abdul Kalam é eleito Presidente.
2004	Início do Governo de Manmohan Singh. Criação do G-4.
2006	Visita do Presidente George Bush. Acordo Nuclear EUA-Índia.
2007	Pratibha Patil torna-se a primeira mulher a ocupar a presidência da Índia.
2008	Primeira missão indiana à lua: foguete <i>Chandrayaan-1</i> . Ataques terroristas em Mumbai deixam 200 mortos.
2009	Acordo nuclear Índia-Rússia (fevereiro). Vitória do Partido do Congresso nas eleições parlamentares (maio).
2010	Acordo nuclear Índia-Canadá (junho). Início das negociações de acordo nuclear com o Japão e a Coreia do Sul (junho). Retomada do diálogo Índia-Paquistão após os atentados em Mumbai. Visita do Presidente Barack Obama; Governo norte-americano anuncia apoio à Índia como membro-permanente no CSNU.
2011	Retomada do Diálogo Índia-Paquistão (fevereiro).
2012	Eleições presidenciais (julho). Eleição de Pranab Mukherjee, do Partido do Congresso Indiano (INC).
2013	Início de programa nacional de transferência de renda a populações carentes.
2014	Eleições gerais (abril-maio). Narendra Modi, do Partido do Povo Indiano (BJP), torna-se Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948	Anúncio do estabelecimento de legações, em 06/04/1948. Abertura da Missão indiana no Rio de Janeiro, em 03/05/1948. Missão diplomática brasileira elevada à categoria de Embaixada, em 15/10/1948.
1968	Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil.
1996	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia.
1998	Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil.
2002	Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Índia, principal mecanismo de coordenação do diálogo bilateral, que tem o objetivo de avaliar e de dar diretrizes para o desenvolvimento da cooperação e para a intensificação do intercâmbio comercial, científico, tecnológico e cultural.
2003	Criação do G-20 e do IBAS. Visita a Nova Délhi do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para reunião do G-20. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (em Nova Délhi).
2004	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. Lançamento do G-4 (grupo formado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, para coordenação de políticas para a reforma do Conselho de Segurança da ONU).
2006	II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília). Cúpula do IBAS; Visita oficial do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil.
2007	III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Délhi). Visita do Ministro Celso Amorim à Índia; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em Nova Délhi. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. IV Reunião da Comissão Mista do IBAS (Nova Délhi). II Reunião de Cúpula do IBAS (África do Sul).
2008	Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pranab Mukherjee. Visita oficial da Presidenta da Índia, Pratibha Patil. V Reunião Ministerial do IBAS (África do Sul). I Reunião Ministerial do BRIC (Rússia).
2009	I Reunião de Cúpula do BRIC (Ecatemburgo). Abertura da Adidância Militar do Brasil em Nova Délhi. Entrada em vigor do ACP Mercosul-Índia. IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília).
2010	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Visita de trabalho ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, paralelamente à realização da IV Reunião de Cúpula do IBAS e da II Reunião Ministerial dos BRICs (Brasília) – renomeado BRICS em dezembro, com a formalização do ingresso da África do Sul. II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília). I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Délhi).
2011	Visita à Índia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; III Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico. VII Reunião Ministerial do IBAS (Nova Délhi); V Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Délhi).
2012	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Celso Amorim; Visita de Estado da Presidenta da República, Dilma Rousseff, à Índia. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, por ocasião da Conferência Rio+20.
2013	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Externos da Índia, Salman Khurshid; VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.
2014	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi (VI Cúpula do BRICS).
2015	Encontro bilateral entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Narendra Modi, à margem da VII Cúpula dos BRICS (Ufá, Rússia); Reunião

	de Consultas Políticas Brasil-Índia (Brasília); I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Mobilidade (Brasília); VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Delhi); V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi); visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu (Nova Delhi).
2016	Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (Nova Delhi). Visita do presidente da República Michel Temer (Goa, 17/10/2016).
2017	V Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (Nova Delhi, novembro de 2017).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Cultural	23/09/1968	15/07/1970
Acordo de Comércio com a Índia	03/02/1968	13/10/1969
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia.	22/07/1985	24/01/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/04/1988	11/03/1992
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	1/12/2003	27/12/2006
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços.	25/01/2004	17/11/2004
Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre o Brasil e a Índia	25/01/2004	22/10/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	16/05/2012
Acordo de Coprodução Audiovisual	04/06/2007	03/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/06/2007	30/11/2013
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013	Em tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DO BUTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O REINO DO BUTÃO	
NOME OFICIAL:	Reino do Butão
GENTÍLICO:	butanês
CAPITAL:	Thimphu
ÁREA:	38 394 km ²
POPULAÇÃO (2017):	804 000
LÍNGUA OFICIAL:	butanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (75,3%); hinduísmo (22,1%); outras (2,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto pelo Conselho Nacional e pela Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO:	Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Lyonchhen Tshering Tobgay (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,32 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 7,01 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 2887
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 8720
VARIAÇÃO DO PIB:	5,8% (2017); 6,2% (2016); 6,1% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2014):	0,607 (132 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	69,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	64,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	3,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	ngultrum
EMBAIXADOR EM THIMPHU:	Tovar da Silva Nunes (não residente)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Doma Tshering (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residindo no Butão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BUTÃO (Fonte: MDIC - US\$ mil)										
Brasil → Butão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018 (jan-abr)
Intercâmbio	1,2	46,8	36	77,4	0	0,2	53,1	71,8	342,9	63,1
Exportações	1,2	46,8	35,9	18,9	0	0	0	4,5	93,9	0
Importações	0	0	0,1	58,5	0	0,2	53,1	67,4	249,1	63,1
Saldo	1,2	46,8	35,9	-39,5	0	-0,2	-53,1	-62,9	-155,2	-63,1

APRESENTAÇÃO

O Butão é um pequeno país, localizado entre a China, ao norte, e a Índia, ao sul. Historicamente, o Butão usou seu isolamento geográfico para limitar

influências culturais externas. O Butão mantém, há mais de um século, uma política de isolacionismo estrito com o objetivo de preservar sua herança cultural. Atualmente, o país tem passado por processo de relativa abertura e modernização.

O Butão é uma jovem democracia. Ao longo da última década, o país abandonou o regime monárquico absolutista e tornou-se uma monarquia constitucional com parlamentares eleitos por voto direto.

A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista e à figura do monarca. A língua oficial é o butanês, embora minorias étnicas falem outras línguas, como o nepalês. O inglês foi adotado como língua franca da elite butanesa, sendo empregado nas escolas e universidades.

SÍNTESE HISTÓRICA

A presença humana na região onde hoje se encontra o Butão, conforme registros arqueológicos mais recentes, remonta a 2000 a.C. Por volta de 500 a.C., clãs nômades que habitavam o território se estabeleceram em suas planícies, adotando uma religião xamanista caracterizada pelo culto à natureza.

A consolidação do Butão como estado independente ocorreu em 1616, sob a liderança do lama (autoridade religiosa no budismo tibetano) Ngawanag Namgyal. Naquele ano, foram derrotadas três invasões tibetanas ao território butanês, escolas religiosas rivais foram subjugadas e Namgyal estabeleceu-se como governante sobre um sistema de administradores eclesiásticos e civis. Após sua morte, o país passou por seguidos conflitos internos que fragilizaram o governo dual dividido entre autoridades religiosas e civis. Em 1885, o governador de Trongsa (local a leste da capital Thimphu), Ugyen Wangchuck, derrotou militarmente o governador de Paro (no leste do país), tornando-se o homem forte da política butanesa. Tendo consolidado seu poder sobre o país, começou a cultivar laços mais estreitos com os britânicos, que dominavam grande parte do subcontinente indiano.

Em 1907, Wangchuck tornou-se o primeiro *Druk Gyalpo* (dragão rei), estabelecendo a monarquia hereditária no Butão. Em 1910, o rei assinou o Tratado de Punakha com a coroa Britânica. Por meio do tratado, o Butão mantinha sua autonomia interna, mas cedia o poder decisório sobre sua política externa ao governo britânico.

Em 1949, dois anos após a independência da Índia, o Tratado sobre Paz e Amizade entre a República da Índia e o Reino do Butão atribuiu ao governo indiano o poder de guiar a política externa butanesa. O Butão tornou-se membro das Nações Unidas em 1971, momento em que passou a buscar maior independência frente à Índia. O acordo entre os dois países foi renegociado e substituído em 2007 por novo Tratado de Amizade que impõe menos restrições à ação externa butanesa. Ainda assim, embora não seja um protetorado, o país continua a ser um *estado protegido* pela Índia.

Em 1972, ascendeu ao trono Jigme Singye Wangchuck. Seu reinado ficou conhecido internacionalmente pela criação do conceito de “Felicidade Interna Bruta”,

segundo o qual a dimensão econômica não é suficiente para medir o desenvolvimento de um país.

A década de 1990 foi marcada por conflitos étnicos entre a maioria *drukpa* (budista) e a minoria *ghorka* (praticantes da religião hindu). Em 1999 a televisão e a internet tiveram seu uso autorizado pela primeira vez no país. Também foi autorizada a entrada de turistas, ainda que em números limitados.

Em 2006, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck tornou-se o quinto rei dragão e deu início ao processo de transição do regime para uma monarquia constitucional. Em 2008, foi adotada a primeira constituição do país, que introduziu o voto universal, o que permitiu a realização das primeiras eleições legislativas. O Butão passou a ser formalmente uma monarquia constitucional em 18 de julho de 2008.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK
rei



Nasceu em 21 de fevereiro de 1980, em Thimphu. Estudou na Cushing Academy e no Wheaton College, em Massachusetts (EUA) e, em 2000, graduou-se em Relações Internacionais e Serviço Exterior na Universidade de Oxford, na Inglaterra. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de New Brunswick, no Canadá, pela Universidade de Rangsit, na Tailândia, pela Universidade de Calcutá, na Índia, e pela Universidade Keio, no Japão.

Jigme Khesar assumiu o trono em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou em seu favor, convertendo-o no quinto rei da dinastia Wangchuk, detentora do trono desde 1907. Em 1º de novembro de 2008, foi coroado rei do Butão.

LYONCHHEN
primeiro-ministro

TSHERING TOBGAY



Nasceu em 19 de setembro de 1965. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, e obteve o título de Mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Ingressou no serviço público butanês em 1991, onde ocupou o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Treinamento Técnico do Butão e de Diretor do Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi eleito membro da Assembleia Nacional em 2008 pelo Partido Popular Democrático do Butão. Atuou como líder da oposição até julho de 2013, quando foi eleito primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Butão tem demonstrado reiterado interesse em fortalecer seus laços com o Brasil. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. A amizade entre os dois países tem se refletido no inequívoco apoio butanês a pleitos brasileiros em diversos foros multilaterais. A distância geográfica, o limitado conhecimento mútuo e o estado ainda incipiente dos laços humanos entre os dois povos podem ser vistos como desafios ao fortalecimento das relações bilaterais.

Em novembro de 2009, o então primeiro-ministro do Butão, Jigme Thinley, visitou o Brasil por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade, realizada em Foz do Iguaçu. O evento foi organizado pelo *Centre of Bhutan Studies*, entidade vinculada ao governo butanês que promove eventos internacionais para divulgar o conceito de “Felicidade Nacional Bruta”. Thinley voltou a visitar o Brasil por ocasião da Conferência Rio+20, em 2012.

Em março de 2018, delegação butanesa visitou o Brasil a fim de participar do Fórum Mundial da Água. Na ocasião, os representantes do Butão realizaram visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itaipu, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Há potencial de cooperação na área hidrelétrica, devido à

capacidade técnica do Brasil e ao potencial de produção hidrelétrica do Butão. A exportação de energia elétrica gerada por usinas hidrelétricas corresponde a mais de 40% das exportações butanesas e a 14% de seu PIB.

O Butão deseja estabelecer agenda bilateral mais substantiva com o Brasil. Há possibilidades de fomentar atividades de cooperação na área hidrelétrica, no setor agrícola (melhoria de sementes, aprimoramento de raças bovinas, formação de cooperativas de pequenos agricultores e aprimoramento de legislação e regulamentação relativas à qualidade da produção de alimentos) e na área de turismo.

Em 2014, o governo brasileiro propôs assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Butão. O governo butanês manifestou preferência por assinar Memorando de Entendimento (MdE) ao invés de um ACT, em virtude da dificuldade de ratificação de acordos no parlamento do Butão.

Em abril, a embaixadora não-residente do Butão, Doma Tshering, visitou Brasília para apresentar cartas credenciais ao senhor Presidente da República, sendo a primeira representante do país a fazê-lo. Na ocasião, mencionou que, em 2019, serão celebrados 10 anos das relações bilaterais, o que constituirá momento propício para intensificar o relacionamento entre Brasil e Butão. Manifestou desejo de retomar as negociações do ACT, afirmando que o Butão almeja estabelecer cooperação com o Brasil também na área espacial, como já tem feito com Índia e Japão.

Assuntos econômico-comerciais

O relacionamento bilateral em matéria econômica é bastante limitado. Embora muito pequeno em valores absolutos, o intercâmbio comercial entre Brasil e Butão foi, em 2017, o maior já registrado entre os dois países, de USD 342.935, com déficit de USD 155.235 para o Brasil. As exportações brasileiras concentraram-se em pneus novos, ao passo que as importações foram, sobretudo, de circuitos elétricos.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes no Reino do Butão.

POLÍTICA INTERNA

O Butão é uma jovem democracia que, na atualidade, passa por um processo de abertura e modernização. O budismo, religião oficial do país, desempenha papel relevante na definição da política e do comportamento do povo butanês.

O país é uma monarquia constitucional, cuja primeira constituição foi adotada em 2008. Os ministros de Estado são nomeados pelo rei entre os membros da Assembleia Nacional (câmara baixa), por indicação do primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é bicameral, constituído pelo Conselho Nacional, composto por 25 membros (20 eleitos diretamente e 5 indicados pelo rei), e pela Assembleia Nacional (47 membros eleitos diretamente por voto proporcional). Os mandatos em ambas as casas são de 5 anos. Destaque-se que os membros do

Conselho Nacional não podem ter filiação partidária, enquanto que na Assembleia Nacional é obrigatório pertencer a algum partido político.

Foram realizadas eleições legislativas em 2008 e 2013. No ano corrente, já foram realizadas eleições para o Conselho Nacional, em abril, e serão realizadas eleições para a Assembleia Nacional em outubro ou novembro próximos.

O Poder Judiciário é composto por Corte Suprema (com jurisdição somente sobre temas constitucionais), Alta Corte, Cortes Distritais e Cortes Sub-distritais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Butão é, em grande parte, determinada por sua circunstância geográfica, uma vez que o país é um enclave entre China e Índia. Conforme seus princípios nacionais, o Butão procura promover a paz por meio do diálogo com a comunidade internacional, almejando, também, a preservação de sua soberania, integridade territorial e patrimônio cultural e religioso.

O Butão mantém relações diplomáticas com apenas 52 países e a União Europeia (nas Américas, somente com Brasil, Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Cuba). O Butão mantém apenas cinco embaixadas no exterior (Índia, Bangladesh, Tailândia, Kuwait e Bélgica), além das missões juntas às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, ademais de um Consulado em Calcutá, na Índia. Apenas Índia e Bangladesh mantêm embaixadas residentes em Thimphu.

Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de 75 organizações internacionais. Cabe destacar a participação do país na Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), juntamente com Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

A Índia é o principal parceiro e o mais importante mercado para os produtos butaneses. É por meio de seu vizinho setentrional que o Butão mantém canais de intercâmbio com outros países, uma vez que suas fronteiras com a China são pouco porosas. Cabe destacar a participação destacada da Índia em projetos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e de estradas.

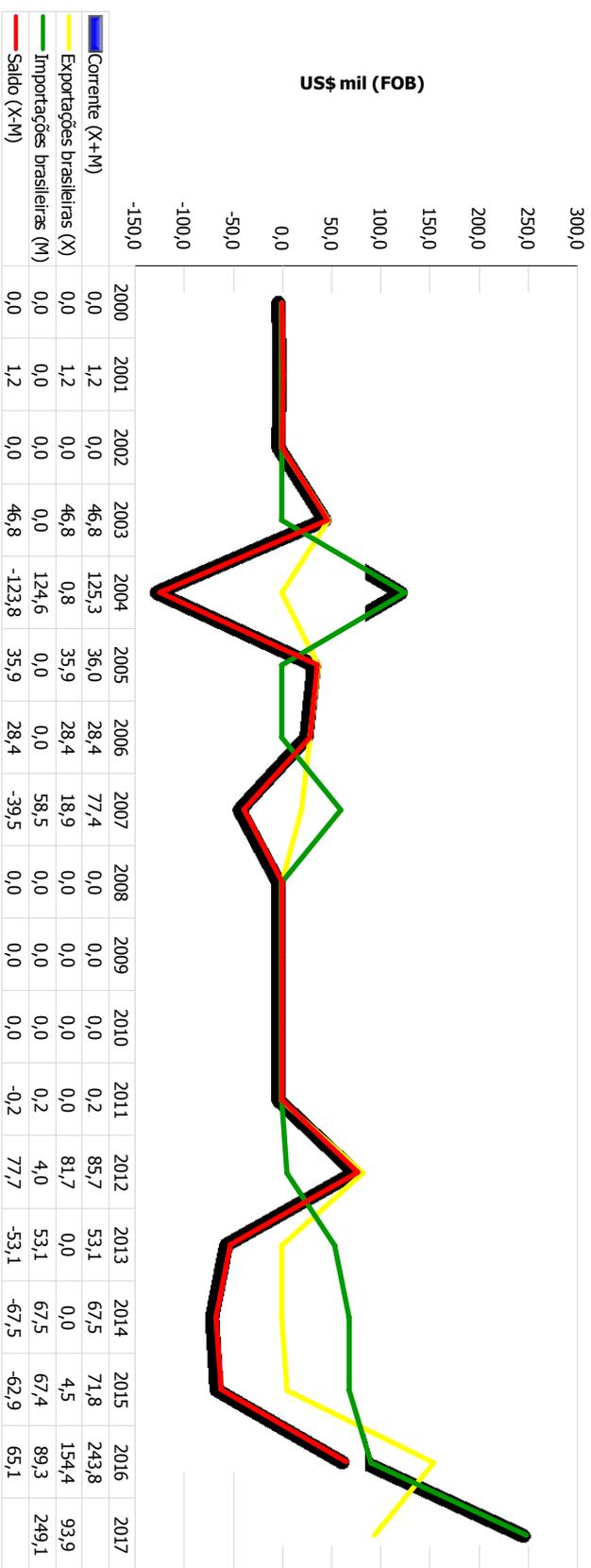
As relações com a China são consideradas conflitivas devido a disputas fronteiriças, destacamente as do platô de Doklam, próximo à tríplice fronteira China-Butão-Índia. Em junho de 2017, uma questão no platô de Doklam envolveu os três países e causou mobilização militar de Índia e China. O impasse teve início com a tentativa chinesa de construir uma rodovia em área que Índia e Butão consideram território butanês. O governo indiano enviou tropas à região, suscitando ameaças de intervenção militar da China. Depois de 73 dias, os dois países acertaram uma trégua sobre a questão, que ainda não foi solucionada de maneira definitiva.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A política econômica butanesa concentra-se na geração de empregos e diversificação da base produtiva; estímulo ao empreendedorismo, à autossuficiência e à exportação de manufaturas. A moeda nacional, o ngultrum, está atrelada à rupia indiana, de modo que qualquer alteração na economia indiana afeta diretamente a economia butanesa.

Graças às suas condições geográficas, o Butão conta com potencial hidrelétrico notável, estimado em 30 GW, dos quais 23,76 GW são considerados economicamente viáveis no curto prazo, segundo dados da *International Hydropower Association*. A maior parte da hidroeletricidade gerada no Butão é exportada para a Índia, o que corresponde a mais de 40% das exportações do país e a 14% de seu PIB. Com a rápida expansão da capacidade de geração de energia, já em curso, que deverá alcançar 10 GW até 2020 (a produção era de 1.6 GW em 2015), e o recente entendimento para exportação de hidroeletricidade gerada no Butão também para Bangladesh, o país deverá emergir proximamente como um importante supridor de energia limpa na Ásia Meridional.

Comércio Brasil-Butão



Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

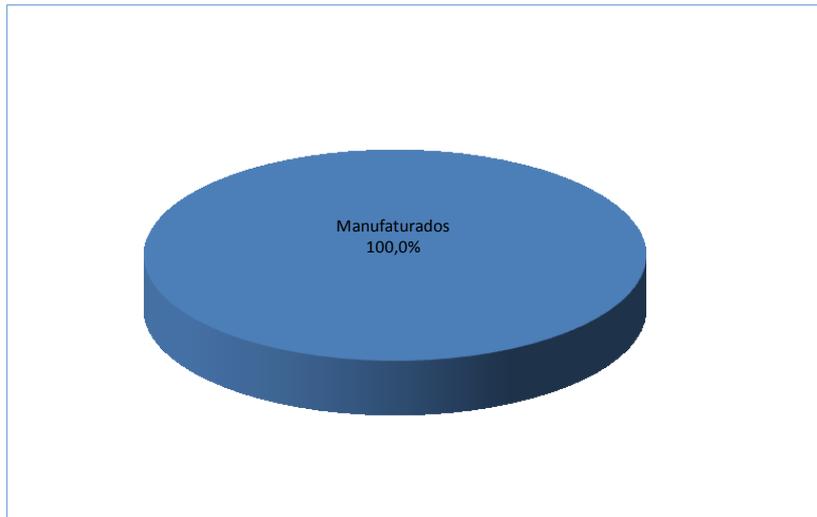
(+) Variação superior a 1.000%

(n.a.) Critério não aplicável

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



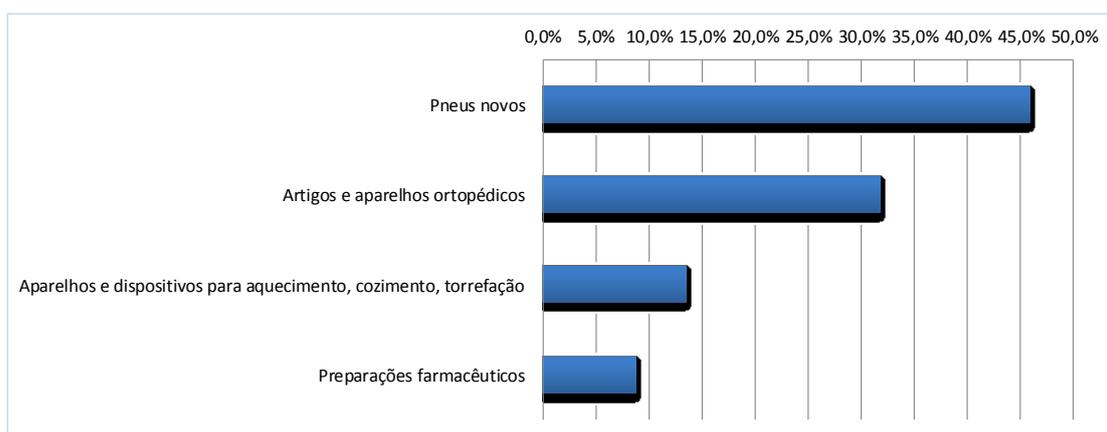
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	43,09	45,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	29,79	31,7%
Aparelhos e dispositivos para aquecimento, cozimento, torrefação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	12,68	13,5%
Preparações farmacêuticas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	8,30	8,8%
Máquinas para terraplanagem	0,00	0,0%	106,00	68,6%	0,00	0,0%
Chapas, folhas, tiras e lâminas de plástico	0,00	0,0%	43,32	28,0%	0,00	0,0%
Sementes para sementeira	0,00	0,0%	5,13	3,3%	0,00	0,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	4,47	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

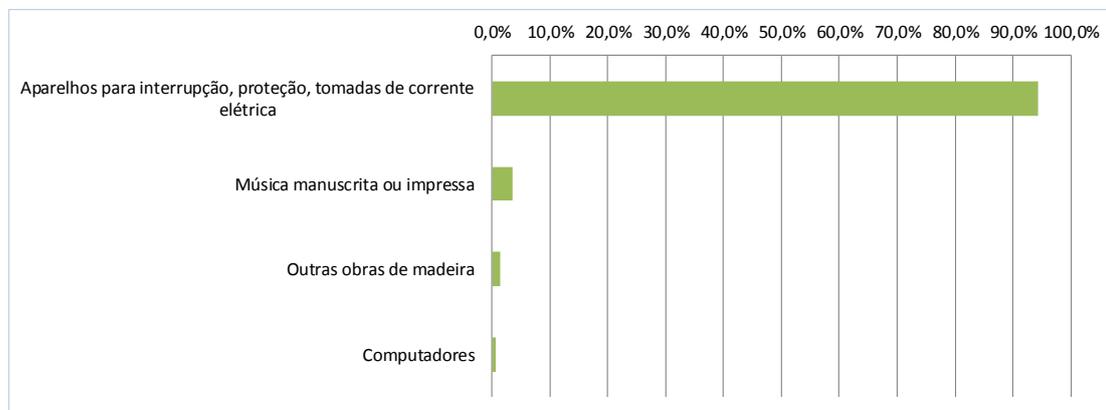


Composição das importações brasileiras originárias do Butão (SH4)
US\$ mil

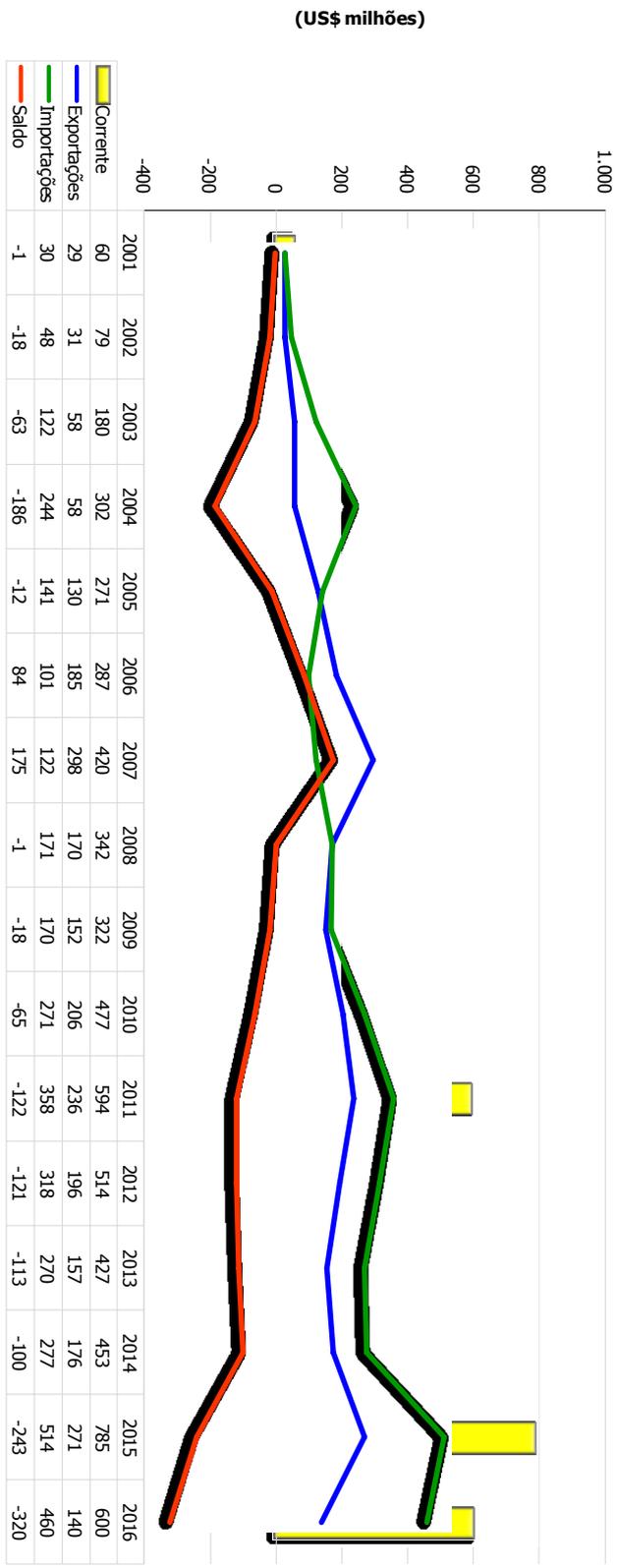
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para interrupção, proteção, tomadas de corrente elétrica	29,02	43,1%	80,59	90,2%	235,29	94,5%
Música manuscrita ou impressa	0,00	0,0%	5,48	6,1%	8,84	3,6%
Outras obras de madeira	0,00	0,0%	0,00	0,0%	3,17	1,3%
Computadores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,48	0,6%
Partes e acessórios para veículos automóveis	9,12	13,5%	3,26	3,6%	0,00	0,0%
Ferro-ligas	29,23	43,4%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	67,37	100,0%	89,33	100,0%	248,77	99,9%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,31	0,1%
Total	67,37	100,0%	89,33	100,0%	249,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Comércio Butão x Mundo



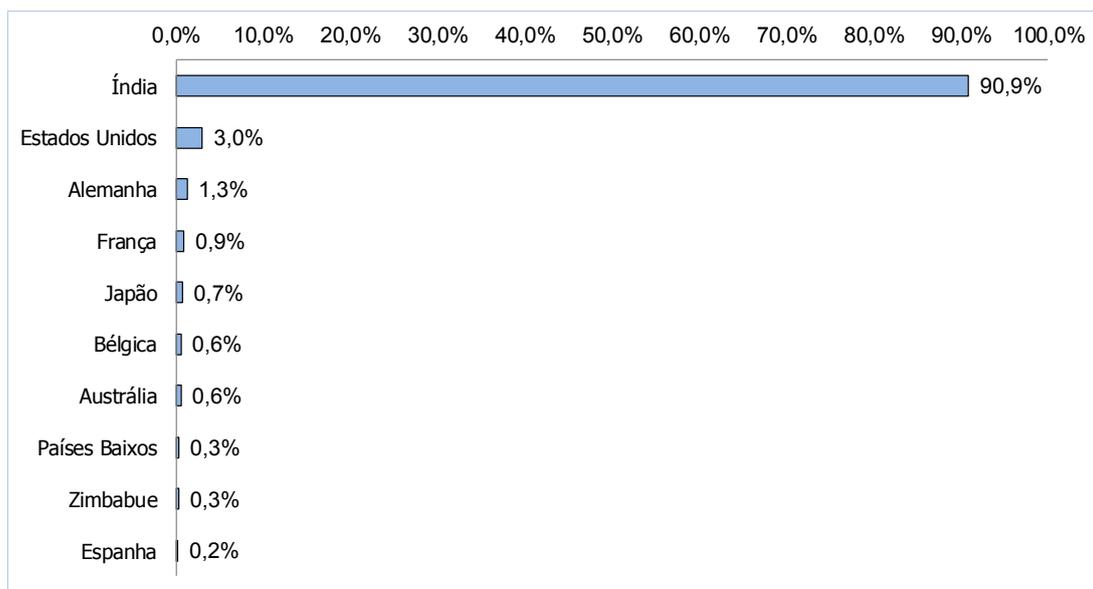
Elaborado pelo MRE/DPQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.

O Butão não informou suas estatísticas à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	127,3	90,9%
Estados Unidos	4,3	3,0%
Alemanha	1,8	1,3%
França	1,3	0,9%
Japão	1,0	0,7%
Bélgica	0,8	0,6%
Austrália	0,8	0,6%
Países Baixos	0,5	0,3%
Zimbábue	0,4	0,3%
Espanha	0,3	0,2%
...		
Brasil (19º lugar)	0,1	0,1%
Subtotal	138,6	98,9%
Outros países	1,6	1,1%
Total	140,1	100,0%

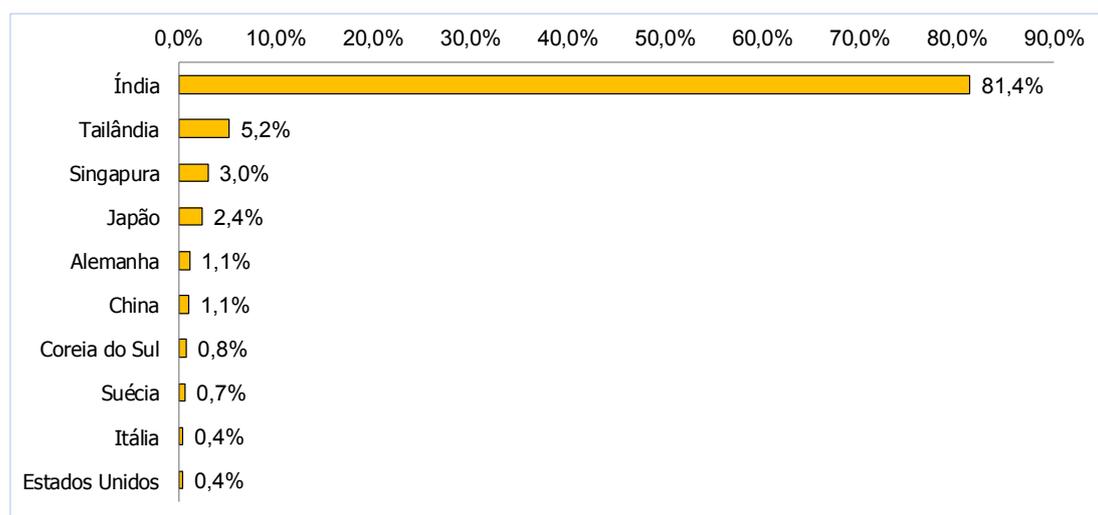
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part. % no total
Índia	374,2	81,4%
Tailândia	24,0	5,2%
Singapura	13,9	3,0%
Japão	11,1	2,4%
Alemanha	5,2	1,1%
China	4,8	1,1%
Coreia do Sul	3,7	0,8%
Suécia	3,1	0,7%
Itália	2,0	0,4%
Estados Unidos	2,0	0,4%
...		
Brasil (30º lugar)	0,2	0,0%
Subtotal	444,2	96,6%
Outros países	15,7	3,4%
Total	459,9	100,0%

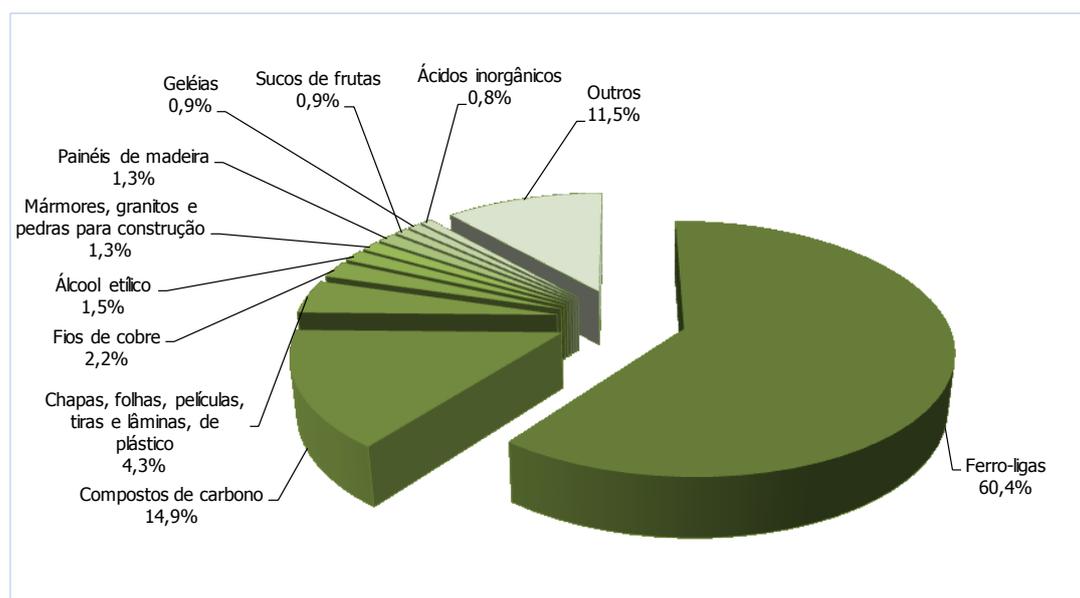
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ferro-ligas	84,6	60,4%
Compostos de carbono	20,9	14,9%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	6,1	4,3%
Fios de cobre	3,0	2,2%
Álcool etílico	2,1	1,5%
Mármore, granitos e pedras para construção	1,8	1,3%
Painéis de madeira	1,8	1,3%
Sucos de frutas	1,3	0,9%
Geléias	1,2	0,9%
Ácidos inorgânicos	1,2	0,8%
Subtotal	124,0	88,5%
Outros	16,1	11,5%
Total	140,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

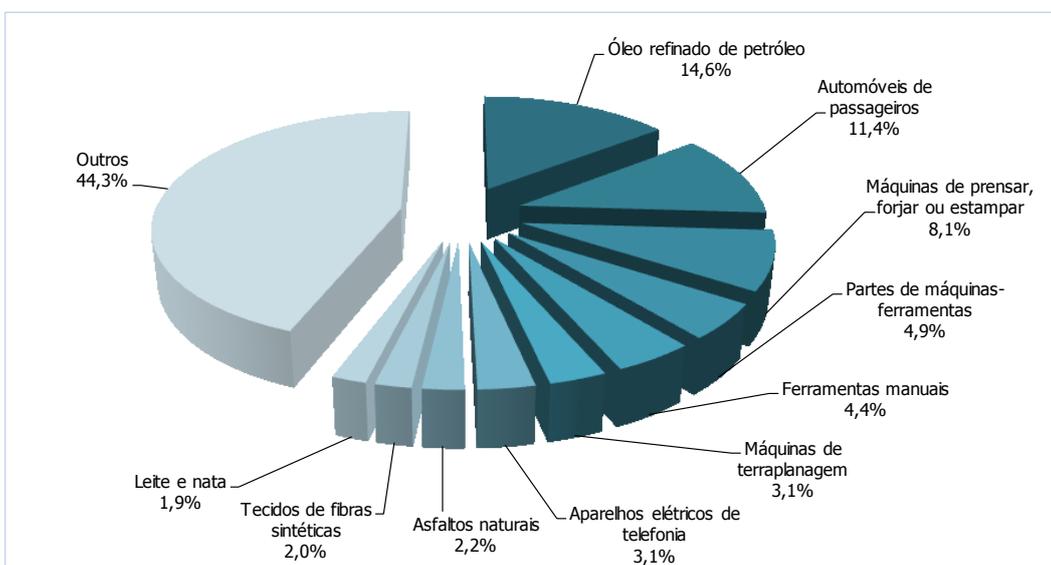


Composição das importações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part. % no total
Óleo refinado de petróleo	66,95	14,6%
Automóveis de passageiros	52,50	11,4%
Máquinas de prensar, forjar ou estampar	37,37	8,1%
Partes de máquinas-ferramentas	22,45	4,9%
Ferramentas manuais	20,40	4,4%
Máquinas de terraplanagem	14,40	3,1%
Aparelhos elétricos de telefonia	14,22	3,1%
Asfaltos naturais	10,33	2,2%
Tecidos de fibras sintéticas	9,16	2,0%
Leite e nata	8,60	1,9%
Subtotal	256,37	55,7%
Outros	203,53	44,3%
Total	459,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Butão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,23%	5,89%	11,21%	13,74%	8,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	2,12	2,32	2,63	3,05	3,37
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.681	2.887	3.217	3.672	3.999
PIB PPP (US\$ bilhões)	6,51	7,01	7,95	9,23	10,22
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.225	8.720	9.729	11.122	12.118
População (mil habitantes)	791	804	817	830	844
Desemprego (%)	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,03%	3,30%	4,48%	4,88%	4,77%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-29,14%	-29,38%	-16,60%	-15,04%	-3,96%
Câmbio (NU / US\$) ⁽²⁾	67,95	66,12	72,13	79,32	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

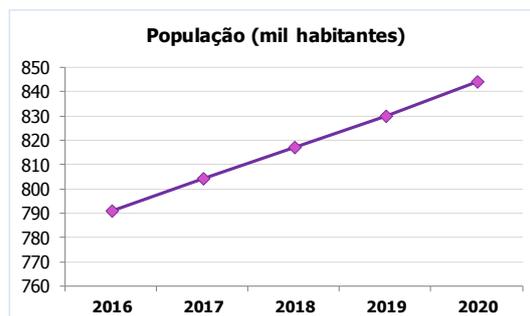
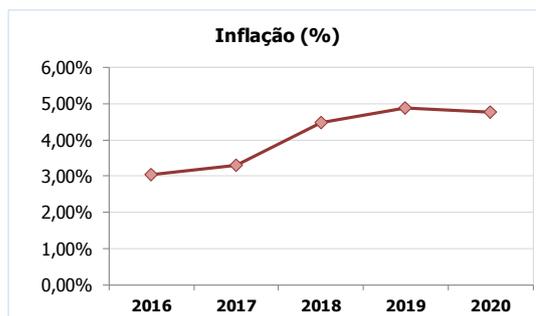
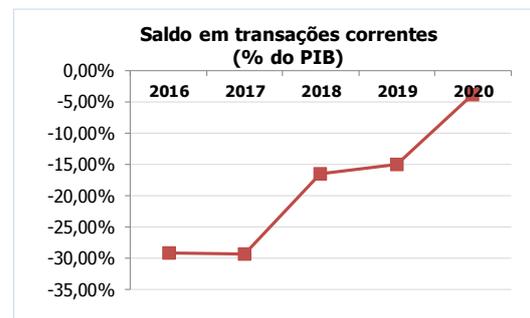
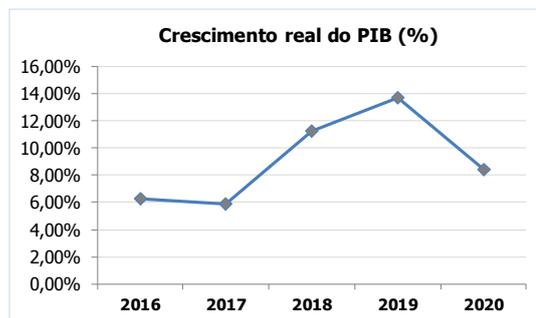
Agricultura	15,7%
Indústria	42,6%
Serviços	41,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.

Povos nômades se estabelecem nas planícies butanesas.

747	O guru Rimpoche chega ao Butão, proveniente do Tibete.
Séc. XI	O Butão é ocupado por forças militares mongóis.
1616	O monge Ngawang Namgyal assume a liderança política do Butão e estabelece um governo central.
1862	Soldados butaneses saqueiam Sikkim e Cooch Behar, então estados clientes do <i>raj</i> britânico, ambos atualmente parte da Índia.
1864-1865	Guerra do Butão. O governo britânico declarou guerra ao Butão que, derrotado após três meses, perdeu territórios em sua porção meridional.
1865	O Tratado de Sinchula é assinado entre o Butão e a Grã-Bretanha.
1907	A monarquia é instituída. Ugyen Wangchuck torna-se o primeiro “rei dragão”.
1952	Jigme Dorji Wangchuck assume o trono.
1953	A Assembleia Nacional é instituída.
1959	Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação do Tibete à China.
1972	Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai.
1990	Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
1998	O rei cede poderes à Assembleia Nacional. O regime continua absolutista, com parlamentares escolhidos pelo monarca.
1999	Televisão e internet passam a ser permitidas no país.
2006	O rei Jigme Singye Wangchuck abdica. O príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
2008	A monarquia constitucional é instituída, adotando eleições diretas para a escolha dos parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2009	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
2009	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley, por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade.
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jigme Thinley, por ocasião da Conferência Rio+20.
2018	Visita a Brasília de delegação butanesa, por ocasião do Fórum da Água.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais